



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

INSTITUTO DA HUMANIDADES

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

OS DESAFIOS DE AMÍLCAR CABRAL NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA
BINACIONAL

ABNA DALA

REDENÇÃO/CE

2023

ABNA DALA

OS DESAFIOS DE AMÍLCAR CABRAL NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA
BINACIONAL

Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção de grau de Bacharelado em Antropologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Jacqueline Britto Pólvora

REDENÇÃO/CE

2023

ABNA DALA

OS DESAFIOS DE AMÍLCAR CABRAL NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA
BINACIONAL

Monografia apresentado como parte dos requisitos para a obtenção de grau de Bacharel em Antropologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira,

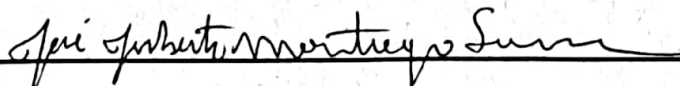
Orientadora: prof.^a Dr.^a. Jacqueline Britto Pólvora

Aprovada em: 30/ 01/ 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS).



Prof. Dr. José Josberto Montenegro Sousa (UNILAB)



Prof.^a Dr.^a. Jacqueline Britto Pólvora. Orientadora (UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Dala, Abna.

D138d

Os desafios de Amílcar Cabral na luta pela independência binacional / Abna Dala. - Redenção, 2023.
55f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora.

1. Cabral, Amilcar, 1921-1973. 2. Independência - Guiné-Bissau. 3. Independência - Cabo Verdes. 4. Pós-colonialismo. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 960

Lista de sigla

ANP	Assembleia Nacional Popular
CLE	Conselho Executivo da Luta
CLS	Conselho Superior da Luta
CLSTP	Comité de libertação de São Tomé e Príncipe
CONCP Portuguesas	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MLGC	Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPAAAL Ásia e da América Latina	Organização de Solidariedade com os Povos de África, da
PAI	Partido Africano da Independência
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PDG	Partido Democrático da Guiné
PIDE/DGS Segurança	Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção Geral de
QG	Quartel General
UDENAMO	União Democrática de Moçambique
UNITA	União Nacional para Libertação Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A LIGAÇÃO HISTÓRICA DE GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE.....	15
3 TENSÕES ENTRE CAMARADAS GUINEENSES E CABOVERDIANOS NA LUTA	20
3.1 Guiné-Bissau “colônia da colônia”.....	25
4 AMÍLCAR CABRAL CONTORNANDO AS DIFICULDADES	28
4.1 A mobilização de guineenses e caboverdianos para a luta pela independência.....	28
4.2 A instalação de “Quartel General” em Conakry e a mobilização para ação armada	35
4.3 O princípio da unidade e luta como lema do partido PAIGC	40
4.4 O Prestígio da Luta e os Apoios Internacionais.....	44
4.3 Cabral e o envolvimento dos outros movimentos de libertação das colônias portuguesa	46
5 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS	53

RESUMO

Este trabalho se propõe revisar, através da pesquisa bibliográfica, os caminhos e as decisões tomados por Amílcar Cabral junto à guineenses e caboverdianos para um objetivo comum – luta pela independência – da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O recorte temporal em estudo aqui é de 1959 a 1975. Este estudo é mais uma contribuição para sociedade guineense e caboverdiana compreender o processo de luta pela independência destes dois territórios. A nível acadêmico pretende-se que esta pesquisa seja uma contribuição para futuros estudos sobre a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde, pois no nosso entender, tais estudos não esgotam a riqueza dos dados deste acontecimento histórico. Usando de metodologia qualitativa as interpretações apresentadas aqui não se separam de suas origens, história, contextos e entendimentos anteriores. Tomamos como base deste estudo os dados de arquivos da “Plataforma Casa Comum” que disponibiliza documentos ligado à Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Além disso, serão usadas também outras bibliografias como teses, dissertações e artigos que discutiram a questão da luta pela independência na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ao final, este trabalho reúne e discute algumas ações, as dificuldades e algumas tensões enfrentadas por Amílcar Cabral durante o período em questão, demonstrando que os embates contra o colonialismo avançaram não sem resistências, boicotes e mesmo desconfortos entre as duas nacionalidades envolvidas.

Palavras-chaves: Amílcar Cabral; colonialismo português; Independência; Guiné Bissau Cabo Verde; União.

ABSTRACT

This work aims to review, through bibliographical research, the paths and decisions taken by Amílcar Cabral with guineans and Cape Verdeans for a common goal – struggle for independence – of Guinea-Bissau and Cape Verde. The time frame under study here is from 1959 to 1975. This study is another contribution to Guinean and Cape Verdean society to understand the process of struggle for independence of these two territories. At the academic level it is intended that this research is a contribution to future studies on the struggle for independence of Guinea and Cape Verde, because in our opinion, such studies do not exhaust the richness of the data that this historical event. Using qualitative methodology, the interpretations presented here do not be part of their origins, history, contexts and previous understandings. We take as a basis of this study the data from archives of the "Common House Platform" that provides documents linked to the Mário Soares and Maria Barroso Foundation. In addition, other bibliographies such as theses, dissertations and articles that discussed the issue of the struggle for independence in Guinea-Bissau and Cape Verde will also be used. In the end, this paper brings together and discusses some actions, difficulties and some tensions faced by Amílcar Cabral during the period in question, demonstrating that the clashes against colonialism advanced not without resistance, boycotts and even discomforts between the two nationalities involved.

Keywords: Amílcar Cabral; colonialism Portuguese; Independence; Guinea-Bissau Cape Verde; Union.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe através de revisão bibliográfica, compreender os caminhos e decisões tomados por Amílcar Cabral junto a guineenses e caboverdianos para um objetivo comum – a luta pela independência – da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O recorte temporal em estudo aqui é de 1959 a 1975. Para isso, partiu-se da seguinte questão: quais as dificuldades com as quais se deparou Amílcar Cabral no processo de mobilização de guineenses e caboverdianos, para enfrentar o regime colonial português? Este trabalho é importante já que a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde foi um processo de resistência ao denominador comum – colonialismo português – que perdurou por mais de cinco séculos em África, se se contar a partir das chamadas “descobertas” até as independências dos territórios ocupados na segunda metade do século XX. Somos da opinião de que há muito que pode ser pesquisado e explorado deste acontecimento, devido a sua dimensão política anticolonial.

Tratando-se de dois territórios ocupados por Portugal, hoje países independentes, convém identificar a geolocalização de Guiné Bissau e Cabo Verde em análise neste trabalho, para auxiliar o leitor a compreender a relação histórica dos dois países.

Guiné-Bissau:

Com uma superfície de 36.125 km², a Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental da África, banhado pelo Oceano Atlântico e fazendo divisa com a República da Guiné-Conakry no Leste e Sul, ao Norte com a República do Senegal. O seu território é composto por uma parte continental e outra insular conhecido como arquipélagos dos Bijagós¹.

¹ Bijagós são uma das etnias da Guiné-Bissau, cuja a concentração se localiza no conjunto das ilhas do mesmo nome.

Figura 1 – Mapa da República da Guiné-Bissau.



Fonte: CASSAMA, Daniel J. L. S. 2014 (*Grifo no original*)

A região que hoje corresponde à Guiné-Bissau esteve por muito tempo sob influência dos reinos mandinga². A etnia Mandinga, muçulmana, teve seu apogeu nos séculos XIII e XIV, dominando várias etnias, contudo, a ascensão do comércio português no Atlântico vai coincidir com a desintegração do Império Mandinga, começando a surgir as mansas, ou seja, os reis de pequenas aglomerações. Na sua chegada à Guiné, os portugueses encontraram os vários grupos étnicos que compõem o território, estruturados social, econômica e culturalmente de modos diferentes” (ABADIA, 2018, p. 64).

Dentre os diferentes grupos étnicos que compõe a sociedade guineense pode-se destacar duas formas estruturais que caracterizam as etnias na Guiné-Bissau: as sociedades horizontais características das etnias balantas, fulupes, entre outros; enquanto as sociedades verticais são características das etnias fulas, mandingas, manjacos, pepel, entre outros.

Nas sociedades de tipo horizontal, não existe a concentração do poder na figura de régulo. Sendo que as decisões que afetam as comunidades étnicas com estas características são tomadas por um conselho de anciões. Este tipo de conceito de sociedade se assemelha aquilo que Evans- Pritchard conceitua de sociedade sem “governo” que “consiste naquelas sociedades a que falta a autoridade centralizada, aparelho administrativo e judiciais constituídas [ou seja

² Reino mandinga de Kaabu “era uma extensa região que ocupava áreas muito além dos limites da atual Guiné-Bissau (AUGEL, 2007, p.53. Apud ABADIA, 2018, p. 63).

não tem governo], nas quais não existem divisões agudada de categoria, status ou riqueza” (EVANS-PRITCHARD, 1940, p. 32).

Nas sociedades étnicas com as características verticais o poder é centrado na figura do régulo que, auxiliado por seus súditos, tem o poder de decisão sobre os problemas da comunidade que fazem parte do seu reinado. Nas sociedades deste gênero, segundo Evans-Pritchard (1940, p. 32) “as distinções de riqueza, privilégio e status correspondem a distribuição de poder e autoridades”.

Depois dos primeiros contatos³ em 1446⁴, os portugueses mantiveram a sua presença durante cinco séculos nesse território africano até serem derrotados na segunda metade do século XX, depois de uma luta armada anticolonial que perdurou por onze anos (1963-1974).

A África foi invadida pelas potências coloniais europeias desde o século XV, posteriormente ocupada depois da chamada conferência de Berlim, onde Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Portugal se reuniram com participação de outros países convidados como Áustria-Hungria, Dinamarca, Espanha, Estado Unidos, Holanda, Itália, Noruega, Rússia, Suécia e Turquia para dirimirem tensões entre as potências resultantes de choques de interesses na exploração do território africano.

A ganância pela riqueza da África gerou, muitos conflitos entre os colonizadores e para amenizar as tensões foi realizada a conferência de Berlim 1884-1885 (divisão dos territórios da África). Deste encontro” surgiram os limites das fronteiras da maior parte dos atuais países (CHARLES & DE SÁ, 2011, p. 15).

Na aludida conferencia, saíram as decisões que definiram muitos das atuais fronteiras dos países africanos hoje, sem respeitar a realidade africana de então e, é importante realçar que a África foi dividida entre as potências europeias fora do seu continente e sem participação dos próprios africanos. Ainda ficou estipulado nessa conferência que cada potência deve ocupar efetivamente os territórios dos quais reivindica a sua posse. Portanto, neste trabalho considera-se este marco temporal como sendo início da intensa colonização do continente. Sendo que Portugal saiu “perdendo” na referida conferencia, pois viu frustrada a sua ambição de ocupação de territórios desde atual Angola até Moçambique naquilo que ficou conhecido como mapa cor de rosa, as “pretensões portuguesas entravam em conflito com o mega projeto inglês de criar uma ferrovia que atravessaria todo continente africano de norte a sul, ligando o Cairo [no Egito] à Cidade do Cabo” [África do Sul] (CHARLES & SÁ, 2011, p. 09).

³ Preferimos usar o termo contatos em vez de “descoberta”.

⁴ Ano da chegada dos portugueses no território que é hoje a Guiné-Bissau.

Cabo-Verde

O arquipélago de Cabo Verde é um conjunto de ilhas na sua maioria vulcânicas, que se encontra localizada no Oceano atlântico, “ocupa uma posição central no Atlântico e constitui um marco fronteiro entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, numa encruzilhada entre o continente africano, europeu e americano” (MADEIRA, 2015, p. 34).

Composto por dez ilhas que se dividem em dois grupos (CASSAMA 2014), determinados por conta das suas posições em relação aos ventos predominantes, conhecidas como ilhas de barlavento⁵ e sotavento⁶ respectivamente.

“As ilhas do barlavento são: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os Ilhéus Razo e Branco, e as ilhas do sotavento, constituídas por Maio, Fogo, Brava, Santiago, e os ilhéus Luís Carreira, Grande e Cima” (CASSAMA, 2014, p. 21).

Formados por ilhas vulcânicas e montanhosas como mencionado acima, estas ilhas sofrem com a seca e com as consequências dos avanços do deserto de Sahara devido à proximidade de Cabo-Verde com a costa ocidental africana.

Figura 2 – República de Cabo-Verde



Fonte: CASSAMA, Daniel J. L. S. 2014

⁵ Barlavento onde sopra o vento.

⁶ Sotavento – lado oposto de onde sopra o vento.

A ligação dos dois territórios que será discutida num capítulo à parte, remonta desde os períodos das navegações desencadeada pelos portugueses na encruzilhada da procura de novo mundo e das “descobertas”.

Importa frisar que a ligação desses dois territórios continuou durante muitos anos. Aliás a Guiné Bissau esteve subordinada em termos administrativos a Cabo Verde até o ano 1879, quando o governo de Lisboa decidiu por um decreto separar os dois territórios administrativamente. (HENRIQUES, 2016; FRANCO, 2009; ABADIA, 2018).

O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) como instrumento de luta criado por guineenses e caboverdianos, com discurso que defendia a unidade Guiné-Cabo Verde fez uma luta até conseguir a independência dos territórios. Já independentes, os dois países mantiveram a unidade trazida da luta de libertação sob o domínio de um partido binacional o (PAIGC), e teve a sua ruptura em novembro de 1980, em consequência do golpe de Estado de 14 de novembro⁷ do mesmo ano ocorrido na Guiné-Bissau.

No entanto, depois da ruptura dos dois países em decorrência do acontecimento acima citado, o Estado guineense e caboverdiano seguiram rumos distintos: em Cabo-Verde a estabilidade democrática se consolidou isso porque desde abertura democrática nos anos noventa do século passado em ambos os países, em Cabo-Verde os mandatos, ou seja, as autoridades eleitas democraticamente cumpriram/cumprem os seus mandatos até o final do tempo legalmente previsto.

Na Guiné-Bissau, exceptuando o período de 2014 à 2019, em que o presidente da República eleito concluiu o seu mandato e a legislatura⁸ também, ou seja, o parlamento não foi dissolvido, embora tenha funcionado sob forte crise sobretudo desde 2015, com a demissão por parte do presidente República José Mário Vaz do Governo do PAIGC liderado por Domingos Simões Pereira. Pode-se considerar que a legislatura concluiu também o seu mandato até o fim, pois a Assembleia Nacional Popular – ANP, não foi dissolvida.

Desde as primeiras eleições democráticas realizadas em 1994, nenhum presidente eleito, nenhuma legislatura tirando o período acima mencionado chegaram ao fim dos seus respectivos mandatos, sempre interrompidos ou pelo golpe de Estado e/ou o parlamento ser

⁷ Depois do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau, Cabo Verde modificou a sigla do PAIGC, criando PAICV Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, acabando assim com o binacionalismo do PAIGC.

⁸ Cada legislatura tem a duração de quatro anos e inicia-se com a proclamação dos resultados eleitorais. Artigo 79 da constituição de 1996.

dissolvido pela iniciativa do presidente da República⁹ interrompendo assim uma legislatura ou o mandato presidencial.

Convém lembrar que na Guiné-Bissau, o governo não é eleito, mas sim, os deputados que compõe o parlamento e daí o partido que eleger o maior número de deputado é chamado a formar o governo. Daí resulta que a dissolução do parlamento implica automaticamente na queda do governo e fim de uma legislatura, sendo necessário a convocação de novas eleições legislativas.

Na Guiné-Bissau, desde a abertura democrática só se tem realizado as eleições presidenciais e parlamentares e podem decorrer em simultâneo ou separadas. As eleições autárquicas ainda nunca foram realizadas no país.

Enquanto isso, em Cabo-Verde, já se realizou ou tem sido realizadas eleições tanto presidenciais, legislativas e autárquicas. O que torna o país um modelo de democracia na África, e em um dos países estáveis pelo menos em termos políticos no continente, gozando por isso de certa forma de prestígio internacional.

Isso constitui a diferença de rumo que os dois países idealizados por Amílcar Cabral e que tiveram o regime do partido binacional único até meados dos anos noventa, quando ambos assumiram a democracia como a nova forma de conceber o Estado. Cabo Verde estabilizou-se enquanto Estado, por outro lado a Guiné-Bissau conheceu instabilidades políticas, sociais e militares como por exemplo a guerra civil de 1998/1999¹⁰, que destruiu parcialmente o país.

O objetivo deste trabalho é analisar como a figura de Amílcar Cabral foi elemento de união entre guineenses e caboverdianos para um objetivo comum (luta pela independência) da Guiné-Bissau e Cabo Verde. A luta pela independência da Guiné e Cabo-Verde foi um processo de resistência ao denominador comum – (colonialismo português), que perdurou por mais de cinco séculos em África, se se contar a partir das chamadas “descobertas” até as independências dos territórios ocupados na segunda metade do século XX. A luta pela independência da Guiné e Cabo-Verde pode ser estudado e, assim será neste texto, sob aspectos políticos, sociais e do ponto de vista dos conflitos.

⁹ Compete ao Presidente da República dissolver a Assembleia Nacional Popular, em caso de grave crise política, ouvidos o Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição; artigo 69 alínea a) da constituição da República de 1996.

¹⁰ Conflito político militar que começou à 07 de junho de 1998 e terminou em maio do ano seguinte deixou rastro de destruição na Guiné-Bissau e fragilizou o Estado guineense.

Este trabalho é do cunho qualitativo e foi produzido com base nos dados de arquivos¹¹ da “Plataforma Casa Comum” que disponibiliza documentos ligado à fundação Mário Soares e Maria Barroso, um repositório que contém bastante informação do colonialismo português e dos territórios ocupados por este país europeu, assim como informações de países e organismos internacionais sobre o processo colonial português. Além disso, foram usadas também outras bibliografias como teses, dissertações e artigos que discutiram a questão da luta pela independência na Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O trabalho de revisão dos arquivos da Plataforma Casa Comum exige um distanciamento entre autores - o autor deste trabalho, os autores dos textos analíticos do período e os autores dos documentos e discursos disponíveis. Fica reconhecido aqui que tal distanciamento não é um percurso fácil de trilhar e que por vezes, por dificuldades ao separar tais autores, estes aparecem misturados neste texto.

¹¹ <http://casacomum.org/cc/arquivos>

2 A LIGAÇÃO HISTÓRICA DE GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE

A ligação da Guiné-Bissau e Cabo Verde é um fato histórico, aliás, para Amílcar Cabral o motivo fundamental da luta pela unidade desses dois territórios prende-se por natureza histórica dos dois territórios, fato corroborado por Fernandes (2007, p. 23), para quem, “por natureza, por história, por geografia por tendência económica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só”.

Outro fato que merece anotar, é que a Guiné-Bissau como território ocupado pelo Portugal esteve ligado em termos administrativo à Cabo Verde até 1879, (HENRIQUES, 2016). Essa ligação dos dois territórios mesmo tendo sido separados em termos administrativos em 1879, de alguma forma continuou existindo, pois o regime colonial empregava muitos caboverdianos como funcionários públicos na Guiné.

Se no período da escravatura Cabo Verde era ponto de passagem dos escravos retirados da Guiné Bissau rumo as Américas, e que alguns eram deixados em Cabo Verde contribuindo também na formação da população caboverdiana (FRANCO, 2009), depois da abolição da escravatura a Guiné recebia cidadãos caboverdianos trazidos pelo regime colonial para auxiliar na administração do território guineense.

A povoação de Cabo Verde se deveu a tráfico de escravos retirados da costa africana com destaque de tal origem desde Guiné Bissau.

Carreira, apud Franco, (2009, p. 139) sustenta que:

o abastecimento de Cabo Verde em escravos fazia-se com navios pequenos, de cabotagem, alguns idos de Serra Leoa, mas na sua maioria de Cacheu e Bissau. Esse fato revelava a presença de africanos em Cabo Verde vindos, preferencialmente, dos portos da Guiné.

Este fato mostra a forte ligação destes dois povos, ligação esta impulsionada pela escravatura. Amílcar Cabral, arquiteto mor das independências da Guiné Bissau e de Cabo Verde, apresentou em 1960, em Dacar, capital do Senegal, um relatório na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, no qual - para lembrar a ligação dos dois territórios - destacava que “desde a nomeação do primeiro capitão geral de Cabo Verde e da Guiné ‘portuguesa’ (1550) até 1879, essas duas colônias foram submetidas à mesma organização e administração” (FRANCO, 2009, p. 139).

Enquanto isso, para Abadia, (2018, p. 51) “colonizadas por Portugal desde 1460, as ilhas foram povoadas por diversas etnias da parte da costa africana, então conhecida como Guiné”. Para este autor, as ilhas não eram habitadas até a ocupação portuguesa.

Foi nesse sentido que o PAIGC propôs ao regime colonial português em dezembro de 1961, um memorando para o fim pacífico do colonialismo lusitano em Guiné e Cabo Verde e uma “união orgânica” desses dois territórios, consubstanciada nas ligações sanguíneas e históricas dos dois povos (FRANCO, 2009; HENRIQUES, 2016; ABADIA, 2018).

O próprio Amílcar Lopes Cabral, tendo consciência desta ligação histórica chegou mesma a afirmar que (...) do “ponto de vista do conhecimento da história, da realidade da nossa vida do passado, como do conhecimento dos interesses do nosso povo e da África, e do ponto de vista de estratégia da luta não há independência da Guiné sem a independência de Cabo Verde” (FRANCO, 2009, p. 140).

Essa afirmação do líder do PAIGC pressupunha que era de capital importância a união dos dois povos para uma luta comum e somente desta forma seria possível vencer a luta pela independência nos dois territórios e erradicar o colonialismo português. Subentende-se na nossa opinião a necessidade de unir caboverdianos e guineenses para assim conduzir uma luta para libertar os dois territórios e continuar com essa ligação histórica dos dois territórios.

Portanto, o próprio Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, instrumento político e movimento da libertação foi criado por elementos guineenses e caboverdianos com a missão de libertar os dois territórios do jugo colonial português.

A Guiné-Bissau contou com mais extensão territorial e mais condições naturais para o desenvolvimento de uma luta de guerrilha, em relação à Cabo Verde como: florestas densas, pântanos e atravessados por vários rios e braços dos rios, conquistado parcela de guineenses e caboverdianos para lutarem contra o regime colonial. A liderança do PAIGC instalou o seu “Quartel General” em Conakry, Capital da vizinha Guiné Conakry fugindo da perseguição da Polícia Internacional da Defesa do Estado, Direção Geral da Segurança (PIDE/DGS) para melhor coordenar as ações de guerrilha nas matas da Guiné-Bissau, e apoios para a causa independentista.

Contudo, segundo Franco (2009, p. 143),

após um ano do início da luta armada, com vitórias importantes no enfrentamento com o exército português e com aproximadamente 40% do território da Guiné em poder dos nacionalistas, o PAIGC passava por contradições internas que ameaçavam a coesão e a unidade do movimento. Tornou-se necessário, portanto, rever o processo de mobilização e luta.

Foi nesse âmbito que se realizou no Sul do país a primeira grande reunião de massa do PAIGC, que ficou conhecido como Congresso de Cassacá. Tal ocasião serviu para redefinir o rumo da luta que, apesar de alguns ganhos territoriais prevalecia uma certa anarquia nas linhas de frentes e um certo abuso de poder inerentes de um movimento que apenas estava no começo de processo, luta.

O Congresso de Cassacá revelou-se um marco importante, um virar de página onde o partido como movimento armado saiu um tanto quanto estruturado e reforçado. Além disso, este congresso de Cassacá propiciou condições básicas para o surgimento de uma nova ordem social, “elaborou o programa do Partido, criou condições para aproximar os quadros partidários da população e encontrou meios para evitar as tendências de militarização que foram responsáveis por crises internas e de crescimento do Partido” (FRANCO, 2009, p. 144).

Depois desse Congresso, o partido emitiu uma nota de esclarecimento no qual dizia que “é preciso que todos entendam bem o que se quer e que o povo e os combatentes sejam esclarecidos sobre os objetivos que o partido tem em vista, assim como a importância que estas medidas tem para a nossa vida presente e para o futuro da nossa terra”.

Um dos aspectos mais importantes da decisão do congresso de Cassacá é a organização do partido em campos: no campo civil e no campo militar. Na mesma nota de esclarecimento emitido depois do congresso acima citada, o PAIGC destacava que “estes dois aspectos da nossa vida estão muito ligados um com o outro, mas não devemos de agora em diante confundir as duas coisas. Tudo deve estar debaixo das ordens do partido”¹².

Para deixar ainda mais clara a divisão das tarefas para o desenvolvimento da luta, a já citada nota de esclarecimento destaca que no campo civil e militar, o partido determinou que o campo civil se organizava em: ação política; desenvolvimento da produção; a segurança e a milícia popular; os assuntos sociais (saúde e educação); as relações com as forças armadas; a situação da população (nascimentos, óbitos, casamentos, etc.); e o comércio. Enquanto que o campo militar se divide em: exército e a guerrilha.

Esta reorganização decidida no Congresso de Cassacá colocou em funcionamento um sistema semelhante a um Estado, com a milícia popular funcionando como Polícia de ordem pública, vigiando o cumprimento das palavras de ordem dadas pelo partido, garantindo a

¹² (1964), "Esclarecimento para a reorganização do PAIGC, da população e das Forças Armadas, de acordo com as decisões do I Congresso", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral. Disponível <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.010>. Acessado em 24 de out. 2022.

segurança das populações nas zonas libertadas para que estas produzissem o suficiente tanto para os seus consumos como para o do exército e guerrilha que ocupam de combater o exército colonial.

No setor da saúde e educação, contando com o apoio de países como Cuba, Suécia, etc, o partido colocou em funcionamento postos de saúde e escolas nas zonas libertadas. Esta organização foi reconhecida pela Comité de Descolonização da ONU como sendo de um autêntico Estado que é parcialmente ocupado pelas forças estrangeiras (portuguesas) aquando da visita daquele departamento das Nações Unidas às zonas libertadas entre 2 à 8 de abril de 1972.

Figura 3 – Membros de Comité da Descolonização da ONU em visitas a zonas libertadas da Guiné-Bissau 1972.



Fonte: Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral

No plano militar, o exército e a guerrilha ficaram com a missão de combater o exército português. sendo que em cada Inter-região que ficou definida naquele Congresso, foi estabelecido um “comando militar único” subordinado ao Conselho Superior da Guerra e ao Bureau Político do Partido. Liderado por um comandante geral responsável pela atuação tanto de exército como de guerrilha, podendo haver descentralização em cada secção de exército popular liderados por um comandante e seu adjunto.

A nota de esclarecimento revela ainda que para que haja o triunfo é importante que “para além das vitórias militares, o povo, as massas populares, as forças vivas (civis e militares) – os trabalhadores de campos e das cidades – sintam e vivam a realidade de que são cada dia mais os senhores do seu próprio destino” (PAIGC, 1964).

Depois de Cassacá, o PAIGC cimentou a sua implantação no meio da população que foram mobilizadas e envolvidas na luta contra a dominação colonial portuguesa na Guiné e em Cabo Verde. Como o teatro da guerra de guerrilha centrou-se unicamente no território guineense, o povo guineense naturalmente é que mais se envolveu diretamente na luta sendo a liderança do partido os lugares cimeiros são ocupados pelos caboverdianos e durante a luta houve algumas divergências entre caboverdianos e guineenses assunto que será desenvolvido na sessão seguinte.

3 TENSÕES ENTRE CAMARADAS GUINEENSES E CABOVERDIANOS NA LUTA

Antes de discutir as tensões entre Guineenses e caboverdianos no decorrer da luta pela independência dos dois territórios, é conveniente traçar as relações “triangulares” entre administração colonial portuguesa com caboverdianos e guineenses para melhor compreender a situação.

Que o colonialismo foi um fenômeno geralmente terrível é de conhecimento de muitos se não de todos, mas aqui na nossa análise destacamos o colonialismo português sobre a Guiné-Bissau e Cabo Verde que foram duas das cinco colônias em África que sofreram com a dominação imperial portuguesa.

Racismo, segregação e exploração física são apenas alguns dos aspectos marcantes da colonização portuguesa por onde passou e em particular na Guiné-Bissau, e Cabo verde que nos interessa analisar aqui. O regime colonial criou categorias raciais que deixa marcas até o presente nos próprios guineenses. Com 49 anos de independência, quase meio século depois ainda é comum ouvir entre os guineenses a discussão do tipo: “ah eu sou de Bissau, sou civilizado, você pulou a corda de Safim¹³, é do interior não és civilizado”. O sociólogo guineense Miguel de Barros, numa entrevista ao jornalista Joana Gorjão Henriques, disse que o regime colonial criou divisão étnica com base na dicotomia de civilizados e não civilizados que se enraizou no país pós independência. Segundo ele, “... há uma designação daqueles que são de praça e daqueles que são da tabanca, do campo; essa dicotomia foi algo implementado durante a vigência colonial, mas, quando o partido libertador ascendeu ao poder, não conseguiu superar essa dicotomia” (HENRIQUES, 2016, p. 92-93).

Quando, Bissau, em 1941 substituiu Bolama como capital da Guiné colonial, “havia um posto de controle que exigia a chamada “guia de marcha”, autorização onde se descrevia o motivo da deslocação [para Bissau]. Ninguém podia atravessar descalço a fronteira que dava acesso a Bissau” (HENRIQUES, 2016, p. 67).

Essa marca divisória de Bissau, era o rosto das categorias raciais criadas pelo regime colonial que são: “indígenas” os nativos locais que não sabiam ler e escrever ou que não adotassem os hábitos portugueses como estilo de vida; os “assimilados” os nativos que

¹³ Localidade de controle de trânsito das pessoas próximo de Bissau onde os carros de transporte público são parados para que os passageiros descem para mostrar a peça de identificação antes de seguirem a viagem para capital, Bissau.

abdicassem das suas tradições e adotassem o estilo de vida português, ou que lograssem o mínimo de instrução que é saber ler e escrever; e os colonos brancos. Segundo Macagno (2019, p. 67), para quem com a distinção das legislações aplicáveis apenas na metrópole e as leis aplicáveis apenas nas colônias assistiu-se “a uma distinção que se perpetuará durante toda a presença portuguesa em África: a distinção entre duas categorias jurídicas, indígenas e não-indígenas ou assimilados”.

Portanto, “colonizar converte-se em sinónimo de civilizar, premissa que, por sua vez, significava extrair força de trabalho do africano. No âmbito da administração colonial, esse imperativo traduziu-se num misto de paternalismo e violência física” (MACAGNO, 2019, p. 64).

Segundo os apontamentos da Joana Gorjão Henriques, de uma reportagem traduzidas no seu livro para além da guia de marcha, que um indígena deve possuir (...) “o indígena tinha uma caderneta, obrigatória para todos os homens a partir de 1920. Num exemplar da caderneta do indígena vemos as folhas, cada uma com itens a preencher: características do utente, imposto indígena, contribuição braçal, castigos e condenações” (HENRIQUES, 2016, p. 67-68).

Enquanto que em Cabo Verde também segundo Borges (2008, p. 52) “[a] obtenção da cidadania portuguesa era feita por um processo de aculturação e assimilação, ou seja, a construção de um novo homem negro-africano à imagem do português”.

Vale não esquecer que o regime colonial criava todo um sistema burocrático que dificultasse os nativos ao máximo para a obtenção do status de assimilado.

Para ser assimilado era preciso saber ler e escrever, mas para saber ler e escrever era preciso ser filho de assimilado; era preciso aprovar que se tinha bilhete de identidade para ir à escola, mas para ter bilhete de identidade era preciso provar que já se foi à escola. Além disso, exigiam, para ser assimilado, um nível de vida económica garantido. (...) Isso era difícil: era preciso ter casa, mobília, aparador armário, mesa, cadeiras, colchas, lençóis brancos e, além disso a garantia de que a vida económica era estável, o que a maioria do povo português não tem [tinha] (CABRAL, 2014, p. 223).

Sendo assim, “os requisitos de natureza económico-social eram tão difíceis de atingir, para não contar com a imagem que a sociedade portuguesa tinha sobre ele, que o deixava continuar “na situação que lhe havia sido (pre)destinada: a do eterno indigenismo (BORGES, 2008, p. 52).

Não era do interesse do regime colonial “civilizar todo mundo” ou “assimilar toda gente” como sempre foi a retórica do colonialismo português, para Abadia, (2018. p.37), os

argumentos “invocados como legitimadores da ocupação ilegal de Portugal, como “direito histórico”, “ocupação efetiva”, exigência do progresso” e a “política de assimilação”, utilizados pela retórica colonial [são] considerados falsos por Cabral” nas denúncias que o líder fazia para a comunidade internacional.

Para comprovar esta tese, no seu discurso aos quadros do partido em 1969, Cabral pontuou que

o colonialismo português tinha necessidade de criar o que se chama ciclo vicioso para poder limitar número de assimilados. É por isso que, durante quinhentos anos de presença dos portugueses e cem anos de colonialismo, desde o momento que começaram a ocupar colonialmente a Guiné nos fins do século passado, [XIX] até à altura do começo da nossa luta, o número de assimilados não passou de 3 mil, ou seja, cerca de 0,03% da população. (CABRAL, 2014, p. 223).

O objetivo do regime colonial português para perpetuar o seu domínio era criar um seleto número de indivíduos submissos as suas autoridades tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais da Guiné-Bissau. Para isso, mais uma vez recorrendo ao Cabral, para quem “os portugueses contavam sobretudo com os chefes tradicionais e, em relação aos centros urbanos, com os chamados assimilados para garantir a sua dominação” (CABRAL, 2014, p. 222).

Com a tática de dividir para melhor reinar, onde a Guiné é um território vulnerável a aplicação dessa tática, por ser constituído de grupos étnicos heterogêneas sendo assim, o regime colonial português escolheu a dedos os chefes tradicionais para lhes servir. Os que recusavam submeter-se eram simplesmente substituídos das suas funções, enquanto outros são “nomeados como tais, mesmo que não pertencessem à família dos chefes. Aos que, por tradição, não tinham chefes, como os balantas, os portugueses impuseram chefes mesmo sendo doutra etnia” (CABRAL, 2014, p. 222).

Mas tudo isso na opinião de Cabral, não foi suficiente para que os colonialistas lusitanos sentissem seguros de que vão continuar dominando os nativos. Segundo ainda os argumentos defendidos por Amílcar Cabral, os colonialistas fizeram de tudo para criar “os seus meios de defesa como a polícia de segurança e outros tipos de polícia e de tropa, [que] permitiram aos portugueses todos os abusos na nossa terra e puseram os seus serviços de administração, (...) agindo dura e criminosamente contra a nossa gente” (CABRAL, 2014, p. 222). Conscientes de que o sistema de opressão e exploração que eles impuseram aos nativos e que a qualquer momento podia despoletar em revoltas, o regime colonial português não equivocou em reforçar com o exército e policiais para a sua manutenção na Guiné-Bissau.

O caso do arquipélago de Cabo Verde é diferente da Guiné, Angola e Moçambique. Nestas colónias, segundo Cabral (2014, p. 224), “os portugueses tiveram de criar imediatamente uma situação para garantir que os nativos contra os quais fizeram guerra nunca mais se levantariam e dividiram o povo em indígenas e assimilados”. Diferentemente de Cabo Verde onde não havia a necessidade de criar tais categorias raciais, pois a população do arquipélago é resultante do cruzamento dos escravos com os colonos portugueses que se “reproduziram”. (PAIGC, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA DE LUTA, 1969; SILVA, 2019), pelo que em relação ao Cabo Verde os portugueses aplicaram outro tipo de política: “todos são cidadãos”.

Segundo Silva (2019, p. 83),

legalmente, além destas três colónias onde se aplicava o Estatuto, a distinção entre indígenas e não indígenas também vigorava em S. Tomé e Príncipe e em Timor. Depois, em 1930, o Acto Colonial, aplicável a todas as colónias, continha um Título dedicado aos indígenas, sem quaisquer ressalvas. Porém, em 1933, a Carta Orgânica do Império Colonial Português esclareceu expressamente que no Estado da Índia e nas colónias de Macau e Cabo Verde, e atendendo ao grau de civilização dos nativos, não vigorava o regime de indigenato pelo que os seus naturais de qualquer raça eram para todos os efeitos cidadãos portugueses.

No seu discurso no seminário de quadros do partido realizado em 1969, Cabral afirmara perante os quadros que as ilhas de Cabo Verde eram desabitadas e que qualquer país que tivesse ocupado esse território os caboverdiano seriam descendentes desse país: acontece, porém, que “os portugueses chegaram primeiro, mas não puderam ocupar tudo e, por isso, levaram escravos da África, principalmente da Guiné. Hoje os caboverdianos, [são] descendentes de escravos e portugueses, [e] tem todo o direito à sua terra” (CABRAL, 2014, p. 224).

Nesta lógica pode-se dizer que a povoação/ocupação de Cabo Verde não fora precedida de campanha de “pacificação”, como em relação a Guiné onde os portugueses fizeram a “campanha de pacificação” para submeter o povo ao seu domínio, o que não pressupõe que não houve a exploração de caboverdianos pelo regime colonial ou que o regime colonial tenha sido brando com relação a Cabo Verde. Aliás, Amílcar Cabral, no seu discurso em 1969 durante o já citado seminário de quadros do partido PAIGC em Conakry, afirmou que os caboverdianos eram contratados e transportados nos porões de barcos em condições desumanas para São Tomé e Príncipe e Angola o que mostra que os caboverdianos também foram explorados pelo regime colonial português.

No entanto, segundo Santos (apud Abadia 2018, p. 52)

[a] ocupação humana de Cabo-Verde decorreu pacificamente, ao contrário da que se verificou noutras terras colonizadas pelos portugueses (...) A colonização moderna, que Vicente Ferreira considera um fenómeno social complexo, implica o descobrimento, a conquista, a ocupação e o povoamento (...) Ante este quadro, Cabo Verde, porque era um território *res nullis*, sem população e cultura autóctones, não conheceu semelhante processo social porque lhe faltou também um outro elemento – a conquista, “isto é, o saque das riquezas acumuladas e a dominação dos aborígenes, com o desmantelamento directo de suas estruturas políticas tradicionais”. Daí que não se possa, com rigor académico ou científico, falar de colonização quanto mais de colonialismo em Cabo Verde.

Entretanto, segundo Borges (2008, p. 53) ainda sobre os cidadãos caboverdianos, aponta que “as populações de Cabo Verde, segundo a redacção dada ao único artigo 246.º da Carta Orgânica da Lei n.º 2016, de 29 de Maio de 1946, não estão sujeitas nem à classificação de indígena nem ao regime de indigenato”.

Este detalhe no modo de ocupação entre Cabo Verde e demais territórios em África colonizados por Portugal, mencionados por autores acima citados vai se revelar importante para se compreender as relações de certas “desconfiança até de “ódio” entre guineenses e caboverdianos na época colonial, durante a luta e até mesmo depois das independências dos dois territórios, apesar de uma luta conjunta contra o regime colonial português.

Outro aspecto que importa salientar do colonialismo português é no que se refere a instrução em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Relativamente a instrução na Guiné-Bissau, o ensino era pouco implementado. Aliás, o próprio Cabral, filho de pais caboverdianos fez a sua instrução primária na Guiné, teve que mudar para Cabo Verde a fim de dar continuidade no ensino liceal que na altura dos anos quarenta do século XX, não existia ainda na Guiné. Só para situar o leitor, a Guiné só veio a possuir um liceu no ano 1958 quando por exemplo, no Senegal, país vizinho colonizado pela França já havia universidades.

Amílcar Cabral viu-se obrigado a deixar a Guiné onde o seu pai era professor para estudar em Cabo Verde e posteriormente se formar como Engenheiro agrônomo em Portugal, o que mostra o avanço em termos de educação de Cabo Verde em relação a Guiné. O que favorece o “aparecimento de uma classe média ligada à atividade administrativa, funcionando como intermediária entre as populações nativas africanas e os portugueses, não apenas em Cabo Verde, como na Guiné-Bissau e nas outras colónias portuguesas” (ABADIA, 2018, p. 53).

Ainda no que diz respeito a “particularidade” no tratamento dado ao Cabo Verde, (BORGES, 2008, p. 24) aponta que

Cabo Verde foi excepção no que respeita ao ensino colonial, com a precoce abertura de escolas e difusão da instrução através do seminário – liceu de S. Nicolau em 1866, mais tarde a fundação do Liceu de S. Vicente e a existência de outros instrumentos

culturais, a que se acrescenta o facto de não ter sido aplicado o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique.

A “excepcionalidade” que beneficiou o arquipélago levou a que cidadãos daquelas ilhas a adquirirem mais instrução académica e por conta disso a serem enviados para os outros territórios colonizados pelo Portugal para servirem como auxiliares na dominação e administração desses territórios, particularmente na Guiné que é o caso aqui a ser analisado.

Seja por proximidade geográfica ou por mera estratégia do regime colonial, a presença caboverdiana na Guiné foi muito significativo participando na administração pública, no comércio, na força de segurança, no auxílio a coleta de impostos, enfim na vida social guineense. Pode ser que tudo isso seja um fator de ressentimento nos guineenses de que caboverdianos são agentes dos colonizadores, que vai ser tratado na seção seguinte.

3.1 Guiné-Bissau “colônia da colônia”

A presença de caboverdianos na Guiné-Bissau como ‘auxiliares’ do regime colonial português na sua exploração e opressão aos nativos guineenses, levou certos analistas a considerar a Guiné como “colônia da colônia” Henriques (2016). “A Guiné foi administrada por Cabo Verde até 1879, enquanto Guiné de Cabo Verde, e até à descolonização eram os caboverdianos que formavam o grosso da administração colonial – daí dizer-se que a Guiné era uma colônia da colônia” (HENRIQUES, 2016, p. 72).

Outros autores, no entanto, destacam que a presença caboverdiana na época colonial na Guiné-Bissau não se deveu unicamente ao fator exploração colonial português. Para Borges (2008, p. 81), “a pobreza das ilhas marcadas pelas secas e pela fome, as limitadas oportunidades de emprego que o arquipélago oferecia, a proximidade das ilhas e a comunicação facilitada pela língua crioula”, são outros fatores que contribuíram para a presença considerável de caboverdianos no território guineense durante o período colonial.

Sendo assim, Borges (2008), destaca ainda a presença caboverdiana na Guiné-Bissau em três períodos: o primeiro período que começa de 1466 à 1879, momento no qual a Guiné-Bissau se tornou independente da administração caboverdiana, ou seja, separou-se administrativamente desse território. Durante esse período explica ainda a autora, a presença de caboverdianos e dos portugueses no território guineenses é caracterizado por um

desenvolvimento pacífico de um sistema comercial, que não se preocupava em submeter os seus clientes (nativos locais); o segundo período que compreende de 1789 à 1911, que, não obstante o território guineense não ser mais subordinado a administração de Cabo Verde, segue sendo *uma colônia de caboverdianos, ou melhor de certos caboverdianos* [que] continuam ocupando principais cargos em termos administrativos nesse território (grifo no original). (...) um terceiro período que começa de 1911 e prolongou-se até a independência desse território na primeira metade dos anos setenta, 1973/1974, com destaque para os anos 50, marcado por participação de caboverdianos nas associações desportivas e recreativas, assim como nos movimentos de libertação nacional, - o exemplo disso foi o PAIGC fundado à 19 de setembro de 1956, por caboverdianos e guineenses. Dada a presença caboverdiana na Guiné-Bissau muitos aderiram a luta pela independência dos dois países influenciados pelo Amílcar Cabral figura central do PAIGC e da luta.

Ainda sobre a presença caboverdiana na administração do território guineense Saico Baldé investigador de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau, numa entrevista à jornalista Joana Gorjão Henriques, explica que “muitas vezes, o chefe do posto que executava as medidas da administração colonial era caboverdiano e, para mostrar trabalho feito obrigava a população a executar trabalho forçado” (HENRIQUES, 2016, p. 79).

Entretanto, Borges (2008), justificou a presença caboverdiana na administração do território guineense, que segundo ela se deveu à falta de recursos humanos no território guineense; ao pouco investimento nas estruturas escolares importantes para o desenvolvimento da administração colonial, e ainda devido o desinteresse da população portuguesa de emigrar para o território guineense, levou segundo a autora, o Estado português a recorrer a contratação de caboverdianos escolarizados para ocupar os cargos na administração pública naquela colônia.

Esta presença de caboverdianos na administração do território guineense como já foi referido não fora vista com “bons olhos” pelos guineenses devido à ambiguidade de posições por parte dos caboverdianos (BORGES, 2008).

Borges (2008, p. 82) sustenta ainda que esta ambiguidade com que os caboverdianos são vistos é,

primeiro devido às posições administrativas que ocuparam no governo colonial, que muito contribuiu para a penetração e consolidação do colonialismo português no território [guineense]. Por outro lado, a não aplicação do Estatuto do Indigenato aos caboverdianos, acabou por comprometer a imagem destes na Guiné, muitas vezes confundido com o colonizador português, ou mesmo como um segundo colonizador.

De recordar que o Estatutos dos indígenas de 1954 não foram aplicados em “Cabo Verde e aos cabo-verdianos —, por serem considerados assimilados de nascença e homens de fronteira” (SILVA, 2019, p. 179).

Na entrevista à Joana Gorjão Henriques, o investigador guineense Saico Balde questiona, quem eram os administradores coloniais no território guineense? Para em seguida responder que, dificilmente eram os lisboetas, os minhotos, mas, sim, muitas vezes “eram os caboverdianos, [...] então, não lidamos como o colono diretamente, mas com o subcontratado. Isso deixou outra marca, a rivalidade entre a ala originária de Cabo Verde e a de Guiné-Bissau” (HENRIQUES, 2016. p. 179), o que não impediu, no entanto, que guineenses e caboverdianos unissem sob comando de Amílcar Cabral, para uma luta em comum para independência dos dois territórios.

Contudo, na nossa visão se é certo que caboverdianos tiveram mais acesso ao ensino em comparação com os guineenses, esse aspecto também fora aproveitado pelo Amílcar Cabral porque era preciso ter pessoas com um certo nível de instrução académica para auxiliar o líder do PAIGC na condução da luta. Nota-se que na hierarquia da cúpula do PAIGC, depois de Cabral vem Aristides Pereira e Luís Cabral. Se é certo que posição de caboverdianos no topo da hierarquia possa causar algum tipo de ciúmes por parte de elementos guineenses do partido, preferimos destacar que também contribuiu para conduzir a luta auxiliando Cabral da direção do partido. Não que não tivesse figuras guineenses que pudessem auxiliar Cabral na direção do partido e na condução da luta. Aliás, na cúpula do PAIGC tinha também elementos guineenses como Francisco Mendes, João Bernardo Vieira (Nino), Osvaldo Vieira etc.

4 AMÍLCAR CABRAL CONTORNANDO AS DIFICULDADES

Devemo-nos orgulhar de ser o filho deste povo e de ter conduzido a luta que temos travado tanto na Guiné como em Cabo Verde. Quem está consciente da nossa realidade e das dificuldades existentes e conhece a situação que criámos ao inimigo, a par das conquistas que conseguimos para o nosso povo, não pode deixar de sentir orgulho pelos resultados que alcançámos. Quem não foi capaz de sentir orgulhoso de ser do PAIGC o melhor é desistir, porque está a enganar a si mesmo e a querer enganar-nos.

Amílcar Cabral

No capítulo anterior discutiu-se acerca de algumas tensões entre camaradas guineenses e caboverdianos. Neste capítulo abordaremos as estratégias que o Cabral/PAIGC¹⁴ adotou para fazer uma luta conjunta de guineenses e caboverdianos, visando pôr fim ao domínio colonial português nos dois territórios; trazemos mais à frente um episódio relatado por Amílcar Cabral para mostrar as dificuldades que ele e seus camaradas tiveram para congregar guineenses e caboverdianos para uma luta comum. Da mesma forma, as dificuldades que teve para convencer as autoridades do país vizinho, Guiné Conakry, para que pudesse ser reconhecido como único representante de povo guineense e caboverdiano em luta. Outro ponto importante também é a exposição que Cabral fez no já citado Seminário dos Quadros sobre as realidades dos dois territórios numa estratégia de mobilização que visa manter viva a memória dos quadros, combatentes e militantes do partido para mostrar que a dominação colonial contribuiu para que houvesse as tais realidades, exceto a realidade geográfica.

4.1 A mobilização de guineenses e caboverdianos para a luta pela independência

A mobilização de guineenses e caboverdianos para a luta pela independência dos dois territórios é uma estratégia que não se circunscreveu apenas aos povos dentro da Guiné e de Cabo Verde, foi uma estratégia que estendeu para diáspora abrangendo emigrantes e refugiados destes territórios, e não foi fácil devido as rivalidades dos movimentos para assumir como protagonista principal da luta.

¹⁴ Utilizo neste trabalho a forma escrita Cabral/PAIGC porque PAIGC foi o instrumento de luta criado por Cabral, que mesmo depois da morte deste deu continuidade a luta até a libertação de Guiné e Cabo Verde. Por isso na nossa opinião as ações do PAIGC são também de Cabral e vice-versa, ou seja, são indissociáveis um do outro.

Como funcionário da administração colonial, Cabral foi encarregado de fazer um recenseamento agrícola na Guiné em 1953, um trabalho que permitiu que Cabral conhecesse de perto a realidade de vida deste povo guineense (BORGES, 2008; DIAS, 2020). Conhecedor da realidade da Guiné e Cabo Verde, este último onde cresceu e passava as suas férias na época da sua formação como agrônomo em Lisboa, Cabral, como ele apontou no seminário dos quadros do PAIGC realizado em 1969, consciente da exploração que o povo guineense e caboverdiano eram sujeitos pelo colonialismo português, decidiu a mobilização dos dois povos para uma luta pela independência.

Assim, numa declaração assinada por Amílcar Cabral em 15 de julho de 1960¹⁵, se destacava que o “partido organizou e está a organizar os guineenses e caboverdianos a luta unida e corajosa contra os colonialistas portugueses”. Neste sentido em relação a caso particular da Guiné dentre muitos pontos apontados no referido comunicado se realçava que o partido se objetivava “liquidar de vez e para sempre a falsa e insultuosa divisão do povo guineense em civilizados, assimilados e indígenas e acabar com todas as práticas a que tal divisão deu lugar”. No que diz respeito a Cabo Verde o mesmo documento aponta entre outros pontos que o partido visa “acabar de vez e para sempre com a exportação de trabalhadores contratados para [São Tomé e Príncipe] ou para qualquer outro país”.

Antes de iniciar as ações armadas contra o colonialismo português na Guiné-Bissau, Cabral/PAIGC fez um trabalho de mobilização do povo guineenses, trabalhadores assalariados, mas sobretudo as massas camponesas mostrando a necessidade de acabar com a dominação colonial portuguesa na Guiné e em Cabo Verde.

Ao referir o processo de mobilização para a luta conjunta na sua exposição durante o seminário dos quadros do PAIGC em novembro de 1969, Cabral afirmou que no começo da luta, os dirigentes estavam convencidos de que, se mobilizassem somente os trabalhadores de Bissau, Bolama, Bafatá etc. para que fizessem greves, com protestos nas ruas reclamando com a administração colonial, seria o suficiente para que o regime colonial mudasse de atitude e concedesse independência ao país. Mas essa estratégia era inviável, segundo ainda Cabral, porque na Guiné os trabalhadores não tem/tinham a força como em outros países. (CABRAL, SEMINÁRIO DOS QUADROS, 1969; FONSECA & PIRES, 2018). Os trabalhadores não tem grande força econômica, na Guiné a força econômica reside essencialmente no campo, só que

¹⁵ "O que quer o nosso partido?", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10191.002.009> Acesso em 14 set. 2022.

no campo dada a condição e a situação política do povo perante a dominação colonial era quase que impossível fazer greves, sem contar que o regime colonial reprimia qualquer manifestação com força total. Por isso Cabral/PAIGC tinha que adaptar as suas estratégias de luta.

Ainda sobre a mobilização, Cabral (1969) diz que o PAIGC teve que preparar as pessoas levando em consideração o problema da Guiné de uma Forma e de Cabo Verde da outra forma. Em relação a Guiné segundo as afirmações de Amílcar Cabral, pode-se estar na Republica da Guiné [Conakry] ou no Senegal entrando e saindo do território guineense [mobilizando as pessoas para a luta], o que era impossível em relação à Cabo Verde, pois era difícil por este se encontrar no meio do mar, pelo que o partido teve que encontrar outra solução que garanta o processo da luta sem a necessidade de ir e vir.

Do ponto de vista estratégico e ainda sobre a necessidade de unir guineenses e caboverdianos, a lutar conjuntamente, Cabral argumenta que não pode haver paz na Guiné se o regime colonial tiver bases aéreas em Cabo Verde [...] a partir das quais pode deslocar seus aviões para bombardear a Guiné (PAIGC, 1969).

Para Cabral, o partido [PAIGC] tem grande confiança nos seus camaradas, o princípio que o partido adotou desde o começo com os seus militantes é o de: “confiar para poder confiar”. Ou seja, o partido confiou primeiro no seu povo que retribuiu a mesma confiança ao partido, era preciso confiar no povo para fazer uma luta que o PAIGC travou contra o regime colonial (PAIGC, 1971).

Nas palavras de Cabral “a nossa confiança é ilimitada, tão ilimitada, que não há ninguém no nosso partido, na nossa luta, que tenha cometido qualquer erro, que nós não voltamos a confiar nele de novo, para abrir caminho para ele avançar”. (PAIGC, 1971). Cabral dizia que o homem é recuperável, ou seja, ao indivíduo pode ser dado a chance de corrigir dos seus erros.

Cabral afirmou na ocasião que ele e sua geração que criou o partido, o seu trabalho mais do que libertar a Guiné e o Cabo Verde, mais de que criar o partido e dirigir a luta, é garantir o futuro desses dois territórios um futuro nas mãos dos seus povos por meio dos seus filhos para conduzir o seu destino.

Para isso, Cabral disse que confiava muito nos jovens como continuadores da luta ele afirmou “a nossa consciência nesta luta só vale, se pensamos que o futuro do nosso partido, o futuro da nossa terra, o futuro do nosso povo, pertence aos camaradas mais novos, aos

militantes e responsáveis mais novos” (PAIGC, 1971). Jovens são força motriz de qualquer sociedade e Cabral sabia tirar proveito disso incentivando jovens a lutar para o seu futuro e futuro dos seus países.

Cabral argumenta que ele conversava com as pessoas de forma séria, explicando o sentido da luta, defendia que as pessoas não deviam ser enganadas acerca do objetivo da luta e segundo ele, repudiava o oportunismo, aproveitar-se do partido ou dele [Cabral] mesmo. Cabral disse no seminário que há pessoas que abandonaram o partido tanto na Guiné Como em Cabo Verde porque queriam ter Cabral no seu lado e não queriam ficar no PAIGC sendo taxativo com essas pessoas quando afirmava: “vocês guineenses que não querem uma luta comum com os caboverdianos vão criar o vosso partido só de guineenses, não tem problema; e vocês caboverdianos também que não querem uma luta conjunta com guineenses vão criar o vosso partido só de caboverdianos” (PAIGC, 1969). Cabral estava determinado em unir os dois povos para a luta e não permitia qualquer possibilidade de criar divisão, porque segundo ele, o regime colonial pode aproveitar-se dessa “desunião” para enfraquecer a luta.

Mas Amílcar Cabral não só rejeitava a divisão de guineenses e caboverdianos, como rechaçava quem quisesse que a luta seja só de um determinado grupo étnico guineense. Isto porque segundo ele havia pessoas que pensavam que o melhor é juntar só os manjacos, os papéis, os mandingas, os beafadas, os mancanhas, e quando questionados sobre Amílcar Cabral, não sabiam responder a que etnia ele pertencia, mas queriam fazer dele uma exceção. A estes Cabral respondia que: no PAIGC não há nem manjacos, nem pepel, nem mandinga, nem balanta, nem fula, nem sussu, nem beafada¹⁶, nem filhos de caboverdianos! O que há no partido é filhos de povo guineenses e caboverdianos que querem servir o partido e os dois povos. (PAIGC).

Para fazer a luta que PAIGC fazia era preciso conhecer a realidade do povo que queria se libertar do jugo colonial português e Cabral abordou amplamente as realidades econômicas, sociais, culturais, políticas e geográficas¹⁷ no já citado seminário de quadros que o partido organizou em novembro de 1969, em Conakry, e que sintetizamos a seguir.

Sobre a realidade geográfica, Cabral destaca que os dois territórios são pequenos em termos de dimensão num total de 40 mil Km², sendo que a Guiné é 9 vezes maior que Cabo

¹⁶ manjacos, pepel, mancanha, mandinga, balanta, fula, sussu, beafada, algumas das etnias da Guiné-Bissau.

¹⁷ "PAIGC - Seminário de Quadros - Alguns Princípios do Partido - Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.007>. Acesso em 14 nov. 2022.

Verde encravado entre Senegal e Guiné Conakry e Cabo Verde se encontra à 400 milhas da costa africana. A Guiné é pouco montanhosa contando somente com algumas elevações no Sudoeste Boé que não ultrapassa 300 metros de altitude, além disso, é um território cortado por vários rios e braços de rios, enquanto Cabo Verde são ilhas montanhosas e vulcânicas por isso esses dois territórios se complementam segundo Cabral (PAIGC, 1969).

Por que Cabral traz esses dados geográficos? Para mostrar aos militantes as vantagens e desvantagens que a geografia desses territórios apresenta para a luta. Para Cabral os rios são elementos importantes no futuro do ponto de vista econômico quando a Guiné for independente, mas para a luta os rios favorecem a utilização de navios por parte dos portugueses para abastecer seus quartéis no interior ao mesmo tempo que dificultam as ações de guerrilha sobretudo contra Bissau centro do poder colonial que é uma ilha (PAIGC, 1969).

Cabo Verde, como dissemos, é um conjunto de dez ilhas montanhosas, portanto, para Cabral, era preciso saber que tipo de montanha tem em Cabo Verde. Não sendo uma só ilha, seria difícil de ser atacado na opinião de Cabral, porque seria difícil a comunicação de uma ilha para outra. Tudo isso deveria que ser levado em conta ao pensar em qual ilha começar o ataque e que importância estratégica teria essa ilha (PAIGC, 1969).

Sobre a realidade econômica Cabral afirma, “nós a Guiné e Cabo Verde, somos um povo explorado pelos colonialistas portugueses, o nosso trabalho é explorado pelos colonialistas portugueses. Isso é que é importante. Essa é que é a realidade econômica” (PAIGC, 1969).

Cabral expunha aos militantes e quadros do partido, a situação de exploração que tanto guineenses e caboverdianos eram submetidos por regime colonial português. Ele argumentava que não há indústria nem na Guiné nem em Cabo Verde e o povo é economicamente atrasado já que o povo vivia apenas com a agricultura como o seu principal meio de subsistência. Além de economicamente atrasados, para Cabral, a Guiné e Cabo Verde não tinha recursos naturais que pudessem despertar interesses de outras pessoas e de empresas em apoiar a luta que o partido está a desenvolver.

No que se refere a realidade social, Cabral argumentava que se é verdade que guineenses e Caboverdianos eram explorados pelos portugueses, porque o monopólio de comércio era detido por eles, é também verdade que havia por exemplo em Cabo Verde, caboverdianos donos de terras que exploravam os próprios caboverdianos, enquanto que na

Guiné há exploração de agentes coloniais, dado que, segundo Cabral, é importante ter conhecimento para saber o que fazer no futuro (PAIGC, 1969).

De Cabo Verde, já que era ciclicamente assolado pelas secas e as pessoas tinham muitas dificuldades para manter-se, o regime colonial contratava trabalhadores para São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, e os transportava em porões de barcos. Em acaso da morte os seus corpos eram jogados no mar. Já em Guiné Bissau a exploração era feita com trabalhos forçados nas estradas e havia todo tipo de insultos, humilhação e vexames com que o regime colonial tratava os filhos da Guiné (PAIGC, 1969).

Sobre a realidade cultural, Amílcar Cabral destacava que em Cabo Verde as condições eram um pouco melhores, devido às condições em que se desenvolveram a população desta ilha. Para ele, como em Cabo Verde não se experimentou a questão de indígena e não indígena, em teoria qualquer nativo de Cabo Verde poderia ir à escola. Lembrando que, contudo, existiam menos escolas em Cabo Verde do que na Guiné (PAIGC, 1969).

Cabral ressaltava ainda que apesar de que em Cabo Verde tinha muitas pessoas que sabiam ler e escrever, em comparação à Guiné, o nível do analfabetismo era elevado nas ilhas, ao contrário de muitas ostentações que certos caboverdianos faziam. Segundo ele, o analfabetismo era de 85%. O regime colonial segundo Cabral, se vangloriava de que não existia analfabetismo em Cabo Verde, o que para ele era mentira. E justificava: dos que sabiam ler e escrever, Cabral afirmava que fez um experimento em 1949 quando ele foi passar as férias em Cabo Verde, “tem pessoas com o segundo grau de instrução a quatro ou cinco anos que liam os jornais e não compreendiam o que estavam a ler” (PAIGC, 1969).

Enquanto que na Guiné, segundo ainda Cabral, 97% da população não podia frequentar a escola. Porque a escola era exclusiva para assimilados e filhos de assimilados. Na opinião de Cabral, [essa situação] era/foi um obstáculo enorme pra a própria luta que o PAIGC desenvolvia (PAIGC, 1969).

Para Cabral, o regime colonial permitiu que os caboverdianos estudassem para serem utilizados como agentes coloniais, a exemplo de como os ingleses utilizaram os indianos para a sua colonização e os franceses fizeram também o mesmo com os daomeanos na sua colonização. Contudo, segundo ainda Amílcar Cabral, chegou uma certa altura quando atingiram um certo número de agentes coloniais instruídos, o regime colonial barrou o acesso a escola acabando com escolas primárias, liceus, exemplificando que o ministro de Ultramar português, Vieira Machado, queria mesmo transformar o único liceu em Cabo Verde em escola

de pescadores e carpinteiros. Na altura quando ele (Cabral) entrou naquele liceu teve que ficar três meses sem frequentá-lo, o liceu só não fechou porque houve protesto da população (PAIGC, 1969).

Segundo os argumentos de Cabral, depois de contatos entre a cultura africana com outras culturas vindas sobretudo de Portugal e de outro lado, muitas pessoas pensam que a cultura caboverdiana se resume à Praia e São Vicente. Mas segundo ele, para aqueles que conhecem Cabo Verde sabem que é uma realidade africana como qualquer outra. Há na opinião de Cabral, pessoas que cultuam a árvore como o seu sagrado, nomeadamente uma árvore conhecida como “polon¹⁸”, que na Guiné também algumas há etnias que a cultuam como os seus sagrados (PAIGC, 1969).

Em relação a Guiné, Cabral afirma que a sua cultura é resultado de muitas culturas africanas. Cada etnia tem a sua cultura própria, mas todos têm uma base comum, que é a interpretação dessa cultura em relação a sociedade. Portanto, para Cabral, embora existe etnias que praticavam a religião muçulmana na Guiné-Bissau, no fundo essas etnias são animistas também, porque segundo ele, “essas etnias também acreditam em videntes” e outras espiritualidades como as etnias animistas. A expansão do islamismo na Guiné argumenta Cabral, se deveu a sua tolerância em relação a prática de outras culturas ao contrário do catolicismo que apaga outras práticas para se acreditar “na virgem Maria, Nossa Senhora de Fátima e em Deus Nosso Senhor Jesus Cristo”. Essas são, na opinião de Cabral, a realidade cultural da Guiné e Cabo Verde (PAIGC, 1969).

Sobre a realidade política, Cabral afirmava que nem na Guiné, nem em Cabo Verde, era permitida ao povo o direito a se autogovernar. Os portugueses é que governavam mesmo que colocassem um “preto” (nativo) como governador, como é o caso de Honório Barreto¹⁹, na realidade eram os “tugas²⁰” é quem detinha o poder. E para Cabral, essa era a realidade principal que fundamentalmente motivou o conflito contra o colonialismo português (PAIGC 1969).

Cabral era bom na comunicação, e o seminário dos quadros, ainda que nem todos podiam participar, já que, segundo Cabral, outros quadros estavam ocupados na linha de frente no combate aos portugueses e outros em missão no estrangeiro. O Seminário dos quadros era

¹⁸ Um dos tipos de árvore de grande porte onde alguns grupos étnicos adoram os seus sagrados.

¹⁹ Natural da Guiné, filho de pai caboverdiano e mãe guineenses, foi governador de Guiné Portuguesa de 1837 a 1859.

²⁰ Gíria utilizado na Guiné-Bissau para se referir aos Portugueses.

um espaço importante para expor aos militantes as ideias da luta e os avanços que a luta alcançava.

4.2 A instalação de “Quartel General” em Conakry e a mobilização para ação armada

Cabral que se viu forçado pelo regime colonial a abandonar a Guiné e instalar-se em Angola com a permissão de visitar a Guiné uma vez por ano. Depois de massacre de pindjiquiti onde cerca de 50 marinheiros em greve no cais de porto de Bissau, foram mortos a tiros pela polícia colonial portuguesa em 3 de agosto de 1959, voltou a Bissau em 1960, e teve uma reunião decisiva com Rafael Barbosa, Aristides Pereira e outros camaradas onde decidiram que a luta tinha que ser armada. (CASSAMA, 2014; FRANCO, 2009), aliás, para Cabral, a luta já era armada uma vez que os colonialistas estavam sempre com as armas nas mãos e o povo sem armas. Era preciso ser inteligente segundo ele, e arranjar armas para o povo lutar em “igual condições” contra o colonialismo português. Assim, decidiram naquela reunião a mobilização das massas camponesas e que Cabral ficaria até o mais tardar maio de 1960, em Conakry, Guiné Conakry, que já era um país independente²¹.

No seu discurso no seminário de quadros em novembro de 1969, em Conakry, Cabral afirmou que a mudança para se fixar em Conakry foi uma medida muito importante [do ponto de vista estratégico], pois possibilitou a mobilização das pessoas que se encontravam no estrangeiro para reforçar a luta, permitiu também combater aqueles que segundo ele, queriam sabotar a luta. Contudo, Cabral realçou que não foi fácil instalar-se em Conakry pois teve que travar uma batalha contra - o que ele chama de “oportunistas” - que já se encontravam lá antes dele, e relatou alguns episódios que vamos expor aqui.

Amílcar Cabral explicou que no início ele foi recebido como “rei” pelos oportunistas que se encontravam em Conakry e na casa de um desses oportunistas (que Cabral não citou o nome), disse que teve cerveja e discursos e foi anunciado na rádio que haveria uma reunião para a sua recepção com honras por ter sido o primeiro a lançar bases para a luta de libertação. Cabral afirmou ainda que o chefe daqueles oportunistas anunciou que ele ia ser o presidente do movimento deles, denominado “Movimento de Libertação dos territórios sob a dominação portuguesa” (PAIGC, 1969).

²¹ PAIGC - Evolução e perspectivas da luta”, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.001.008> acesso em: 16 nov. 2022.

Convidado a se pronunciar, Cabral disse que não foi a Conakry para ser o presidente, e que ele era o Secretário Geral do PAIGC, que foi a Conakry instalar-se para arranjar meios para a luta dentro do território de Guiné-Bissau, para unir todos aqueles que estão na diáspora e que queriam lutar a se juntarem ao PAIGC para fazerem a luta (PAIGC, 1969). Foi ali que, segundo Cabral, começou as divergências com tais “oportunistas”.

Ao rejeitar o cargo do presidente do movimento para que fora convidado, Cabral afirma que aqueles que o tratavam como o “rei dos reis” ficaram desapontados sobretudo quando Cabral lhes disse que na Guiné-Bissau tinha pessoas capazes de trabalhar de forma séria para a luta, aos poucos a sua relação com aqueles que o apelidaram de rei começou a degradar-se. Mais tarde, essas mesmas pessoas começaram a rotular Cabral de “filho de caboverdianos que tinha o propósito de matar os filhos da Guiné, que Cabral era “um Engenheiro” [que tinha] “a sua vida arrumada, “que explorava o povo da Guiné sem nenhuma consideração” e que fingia ser em Conakry um “nacionalista” (PAIGC, 1969).

Um outro episódio que, segundo Cabral marcou a afirmação do PAIGC em Conakry como representante de povo guineense e caboverdiano em luta, relatado por ele no seminário de Quadros, foi o VI Congresso do Partido Democrático da Guiné PDG²², do então presidente da Guiné Conakry, Seko Turé. Cabral contou que tinha ido as Nações Unidas em dezembro de 1962, para apresentar o problema da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, quando os “oportunistas” aproveitaram da sua ausência em Conakry para sabotar o partido PAIGC trabalhando para serem eles e os seus movimentos os representantes de movimentos de libertação no Congresso de PDG (PAIGC, 1969).

Ora, o Congresso de PDG partido que governava a Guiné Conakry naquela altura, era um acontecimento de grande relevo, que segundo Cabral, quem o assistisse como representante dos movimentos de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, representaria para ele uma vitória e conquistaria o apoio oficial do governo de Conakry, além de que as representações diplomáticas creditadas em Conakry estariam no Congresso o que daria mais visibilidade para quem falar em nome dos movimentos que lutavam para independência da Guiné e Cabo Verde.

Entretanto, nas vésperas do Congresso Cabral regressou à Conakry, e segundo ele, perguntou aos seus camaradas se não tinham recebido o convite para ir ao Congresso, ao que lhe responderam que integrantes do PDG informaram que todos deviam ir numa só delegação,

²² Partido Democrático da Guiné [Conakry], do então presidente Seko Turé.

sublinhando que não havia dois movimentos, ou seja, Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e Movimento de Libertação dos Territórios Sob a Dominação Portuguesa (MLTSDP), deviam ir numa só delegação como um movimento só, o que fora recusado pelos camaradas de Cabral que não aceitaram juntar-se com um outro movimento. Sendo assim, o outro movimento é que apresentaria no Congresso. Então segundo ainda Amílcar Cabral, ele mesmo foi ter com um dos organizadores do Congresso Jean Faregá que lhe dissera que, ou Cabral ia com o outro movimento, ou caso contrário ele [Cabral] ficaria de fora (PAIGC, 1969).

Não convencido com a resposta que lhe foi dada por Jean Faregá, Cabral redigiu uma carta segundo ele, para Saïffulay²³, outro membro do PDG, informando-lhe que não estavam dispostos a juntar com pessoas do outro movimento sem citar o nome, que para ele [Cabral], não tinham nenhum valor pois eram “oportunistas” que fingiam fazer política. E preparou um discurso mesmo convencido de que não seria ele a discursar no Congresso em nome dos movimentos em luta PAIGC, 1969).

No dia do Congresso, explica Cabral, ele e Aristides Pereira foram ao local do Congresso entregar a tal carta ao senhor Saïffulay, ficaram à porta da entrada aguardando enquanto o representante do outro movimento que Cabral chama de “oportunista” já se encontrava dentro do salão onde decorria o congresso com o seu dossiê pronto para discursar. Chegou o presidente Seko Turé junto com Saïffulay que os viu e os questionou se o problema não tinha sido ultrapassado, ao que Cabral respondeu que o problema não podia ser resolvido da forma como eles queriam e entregou-lhe a carta e ficaram fora a aguardar PAIGC, 1969).

Pouco tempo depois, segundo Cabral, alguém do protocolo do Presidente Seko Turé de PDG e da Guiné Conakry lhe chamou dizendo que o Presidente ordenou que ele [Cabral] entrasse. Entretanto, Cabral rejeitou e disse para que informasse o Seko Turé que ele nunca na sua vida sentaria com os “oportunistas” do outro movimento que se encontravam lá dentro do salão onde decorria o congresso, pediu desculpas ao Seko Turé, mas rejeitou juntar-se aos representantes do outro movimento. Passados pouco tempo, veio um outro elemento ainda “mais importante” nas palavras de Cabral, do protocolo de Seko Turé que diz que o Presidente ordenou que Cabral entrasse sem reserva porque ele [Cabral] não ia sentar com aquelas pessoas do outro movimento (PAIGC, 1969).

²³ No texto original não tem o nome completo.

Cabral aceitou a proposta, e entrou na sala, disse que foi colocado para sentar diante, nos lugares de convidados de honra, Seko Turé o saudou abanando a cabeça. Atrás, na explicação de Cabral estavam sentados os representantes do outro movimento, o Presidente Seko Turé chamou um dos seus homens que na opinião de Cabral não simpatizava com ele [Cabral] e conversou com esse elemento que, em seguida foi falar com os elementos do outro movimento que pouco depois abandonaram o salão do Congresso. Depois de Seko Turé discursar, este, segundo Cabral, lhe passou a palavra para falar em nome dos movimentos em luta. Esse fato na opinião de Cabral foi uma das maiores vitórias da luta do PAIGC (PAIGC, 1969).

Mas, segundo Cabral, não ficaram por aqui a tentativa de desacreditar ele e o seu PAIGC. Conta ainda Cabral que houve uma outra reunião em Conakry sobre a bolsa de trabalho na qual vieram pessoas do outro movimento que estavam no Senegal, até aqueles que colaboravam com o regime colonial vieram para essa reunião com intenção de acabar com o PAIGC e denunciar o seu líder como “agente colonial” (PAIGC, 1969).

Essas pessoas que Cabral chamou de “oportunistas”, segundo ele, começaram a falar na referida reunião, chamando Cabral de todos os nomes perante Fodéba²⁴, um ministro do governo de Conakry, que na opinião de Cabral era contra o PAIGC. Depois, ele [Cabral] tomou a palavra, segundo ele, começou a sua intervenção às 20 horas e a finalizou às 2 da madrugada. À meia noite, segundo Cabral, os membros do Bureau Político do PDG que assistiam a reunião, lhes enviaram um bilhete dizendo que bastava e que já tinham “compreendido a situação” (PAIGC, 1969).

Outro episódio destacado por Cabral na sua elocução no seminário de quadros do partido, foi quando um outro indivíduo que segundo Cabral, era conhecido do regime colonial português, chegou a Conakry com a sua roupa africana alegando ser ele o “verdadeiro africano, mandinga puro” que iria lutar para a independência da Guiné. Este conseguiu uma audiência no ministério da defesa da República da Guiné Conakry. Ele [Cabral] foi chamado para essa audiência, que segundo ele, pensou que como PAIGC já tinha armas em Conakry, se tratava da reunião para discussão sobre esse armamento. Cabral disse que organizou os documentos e foi acompanhado do camarada Luciano N’daou, que era o responsável dos armamentos do partido em Conakry, e foram para o ministério da defesa (PAIGC, 1969).

Ao chegarem no ministério da defesa, encontraram o indivíduo que veio da Guiné Bissau e outras pessoas sentadas à sua espera para reunião, Cabral disse que não sabia de que a

²⁴ No texto original não tem o nome completo.

sua convocação visava aquela reunião, já que ele imaginava que se tratasse de um assunto sério [armamento] por isso havia levado os documentos para serem discutidos. Contudo, Então Cabral pediu tempo para ir buscar outros documentos para assim estar em condições de se reunir com eles, o que foi aceito, segundo Cabral, aquelas pessoas que o acusavam, de ser agente colonial, no entanto, diziam que queriam a unidade. Cabral disse que usou de palavra o indivíduo que veio da Guiné [Bissau] que se expressava em mandinga com tradução para o francês dizendo que foi mandatado pelo povo da Guiné-Bissau para ir constatar se existia união, e a mensagem do povo era: ou todos se uniam, ou ele seria autorizado pelo povo a pedir as autoridades da Guiné Conakry para colocá-los todos eles num caminhão e deportá-los para a fronteira com a Guiné Bissau. Esta ideia, segundo Cabral, foi corroborada pelo Diretor do Gabinete do Ministério da Defesa. (PAIGC, 1969, p. 18). No entanto, Cabral manteve firme na sua decisão de que não se uniria a essas pessoas e disse para o Diretor do Gabinete que: se ele quisesse que lhes colocassem no caminhão e os mandassem para a fronteira, mas jamais uniria a essas pessoas nem que fosse a tiros!

Cabral fez relatos desses e outros episódios para quadros e militantes do partido para que aqueles que não saibam, segundo ele terem uma noção do quão foi difícil fazer a luta que ele/PAIGC tivera que travar contra o colonialismo e contra certos nacionais, que, na opinião de Cabral, sabotavam a luta. Também foi difícil para convencer as autoridades de Conakry para lhes aceitarem como movimento legítimo que lutava para a independência da Guiné e Cabo Verde.

Cabral se dizia ser um homem determinado. Referiu no seu discurso para os quadros do partido que tinha tudo para ter uma vida tranquila, seja em Lisboa onde abandonou o seu emprego no centro de investigação agrário, seja em Bissau, onde abandonou também o seu emprego como Engenheiro agrônomo na Granja de Pessubé. Ou ainda podia viver em qualquer território colonial com um emprego seguro que lhe garantisse uma estabilidade na vida. Mas, largou tudo isso para pegar em armas com os seus compatriotas de Guiné e Cabo Verde com a missão de libertar o povo desses territórios das amarras coloniais portuguesas.

Assim em 23 de janeiro de 1963, os guerrilheiros do PAIGC atacaram o aquartelamento de Tite no centro Sul da Guiné-Bissau, iniciando as ações armadas contra o regime colonial. Sobre o começo da luta numa entrevista concedida à revista 'Tricontinental'²⁵,

²⁵ órgão do Secretariado Executivo da Organização de Solidariedade com os Povos de África, da Ásia e da América Latina (OSPAAAL). Publicada na edição francesa da Tricontinental, n°1, 1969.

Cabral afirma que decidiram que deviam começar a luta no interior do país e que não deveriam começar a luta entrando no país pelo exterior; razão pelo qual nunca teve as suas forças armadas no exterior (FONSECA & PIRES, 2018).

Esta estratégia segundo Cabral, apanhou o regime colonial de surpresa que esperava que o ataque do PAIGC viria do exterior, como explicou,

isto significa que, contrariamente ao que fizeram os povos que lutam em África ou algures pela independência nacional, adotámos uma estratégia que se poderia chamar centrífuga: partir do centro para a periferia do nosso país. E este facto provocou uma grande surpresa aos portugueses que juntaram as suas tropas na fronteira da Guiné e do Senegal, pensando que íamos invadir o nosso país, vindos do exterior (FONSECA & PIRES, 2018, p.135).

A estratégia era procurar apoios coordenados no exterior a partir de Conakry, Quartel General (QG) da direção do partido, e lutar no interior da Guiné-Bissau desferindo ataques onde o regime colonial mesmo espera como foi o ataque ao aquartelamento de Tite no centro Sul do país.

4.3 O princípio da unidade e luta como lema do partido PAIGC

O lema que o partido PAIGC adotou para o combate ao regime colonial centrado no binómio “unidade e luta” era explicado por Cabral no Seminário de Quadros do partido realizado em 1969, sob o tema “pensar para melhor agir”, de que “o sentido da unidade que vemos no nosso princípio é o de que, quaisquer que sejam as diferenças que existam, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo” (CABRAL, 1969, p. 64).

Cabral explicou no já citado Seminário de Quadros do partido, o sentido do princípio da unidade que era fundamental para levar avante uma luta para um objetivo comum que é a independência dos dois povos, recorrendo a um exemplo bem simples, mas que faz todo sentido para compreender a situação da luta armada que o partido PAIGC desencadeou contra o colonialismo português, Cabral considerava o seguinte exemplo:

consideremos, por exemplo, um time de futebol, que é formado por vários indivíduos, 11 pessoas. Cada pessoa tem o seu trabalho concreto para fazer quando o time joga. São 11 pessoas diferentes umas das outras, com temperamentos diferentes, muitas vezes nível de instrução diferente, alguns não sabem ler nem escrever, outros são doutores ou engenheiros, com religião diferente, um pode ser muçulmano, outro católico. [...] E se esse time de futebol, no momento em que está a jogar, não conseguir realizar a unidade de todos os elementos, não conseguirá ser um time de futebol (CABRAL, 1969, p 64).

Este exemplo mostra o conhecimento que Amílcar Cabral tem da realidade tanto guineense quanto caboverdiana, e o que era preciso que cada elemento desempenhe a sua

missão em prol da luta. Como já mencionamos, dadas as características dos dois territórios e a proximidade geográfica, levando ainda em consideração a dominação comum a que ambos os povos estavam sujeitos, esta analogia com o time de futebol feita por Cabral era uma estratégia importante para a luta, unir o povo guineense e caboverdiano.

Ainda sobre a importância da unidade, Cabral (1969, p. 65), salienta de que o “fundamento principal é que para ter unidade é preciso ter coisas diferentes. Se não forem diferentes não é preciso fazer unidade. Não há problema de unidade”, então era preciso unir nas diversidades o povo guineense e caboverdiano.

Já falamos da desconfiança que de certa forma os guineenses nutriam em relação ao caboverdianos, devido à posição que estes ocuparam na administração colonial no território guineense e o papel que desempenharam na opressão e exploração do povo guineense (HENRIQUES, 2016). Ora, este discurso de Cabral é no sentido de mostrar que a união era preciso entre caboverdianos e guineenses porque ambos os povos ao fim e ao cabo, sofreram/sofrem da mesma opressão do invasor estrangeiro. Portanto, se unirem as forças terão a possibilidade de expulsar o regime estrangeiro que se instalou nos dois territórios.

Sendo assim, Cabral argumenta o seguinte:

a partir do momento em que surgiu na cabeça de alguns filhos da Guiné e Cabo Verde a ideia de fazer os estrangeiros saírem da nossa terra, como dominadores, de acabar com a dominação colonialista, pôs-se um problema de força, uma força necessária para ser oposta à força do colonialista. Portanto, quanto mais gente se unir, quanto mais unidos estivermos, nós corresponderemos aquilo que todo mundo sabe e que é: a união faz a força (CABRAL, 21969, p. 65-66).

Ainda no que se refere a necessidade da união entre os dois povos na coesão para os esforços da luta, Cabral reforçava cada vez mais nos seus discursos a responsabilidade de cada membro do partido no sucesso para independência. Aqui serão reproduzidos parte destes discursos que consta nos relatórios que o PAIGC produzia em reuniões dos órgãos do partido, como Conselho Superior da Luta (CSL) e Comité Executivo da Luta (CEL), nos anos finais.

Com o PAIGC e o povo, vice-versa como foco principal do seu discurso, Cabral chamava atenção aos filhos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, sobre o orgulho em lutar para os dois povos e de pertencer o partido binacional que é força motriz e guia do povo nos dois territórios.

Num discurso voltado para dentro do movimento, na reunião do Conselho Superior da Luta (CSL)²⁶, órgão máximo do partido, Cabral reconheceu que no partido tem-se a consciência clara de que existem dentro do movimento pessoas que tem se esforçado ao máximo ao serviço da luta, sacrificando toda a sua capacidade em prol do povo guineense e caboverdiano. Pessoas que, segundo ele, se identificam na íntegra com os princípios do partido, que cumprem rigorosamente as emanções do partido (PAIGC, 1971).

Por outro lado, o líder do PAIGC reconheceu também que existem, no seio do partido, pessoas que só servem os seus interesses em detrimento de servir o partido em luta, lançando um apelo a essas pessoas para melhorarem os seus comportamentos perante o partido, para corresponderem com o objetivo do partido.

Em outro relatório sobre o discurso de Cabral, de 1969, no seminário dos quadros do PAIGC que fala da situação da luta²⁷, Cabral fala do apoio do povo para o desenvolvimento desta, apesar de erros - sem citar quais - que o partido cometeu e mesmo assim, o povo não deixou de apoiar o partido. Para Cabral, a maior desgraça que poderia acontecer ao partido seria se este perder o apoio do povo. Pois segundo ele, se o povo (guineense e caboverdiano²⁸) deixasse de ser o povo, para ser simplesmente população, o partido não teria para onde ir²⁹, tendo enaltecido que o povo alimentou os combatentes do partido durante a luta sem nenhuma reclamação (PAIGC, 1969).

No mesmo discurso, Cabral também se referiu as ações que o partido tem feito para o povo, “conseguimos pôr milhares de crianças na escola, tratar da saúde de milhares de pessoas, formar centros de enfermeiras e enfermeiros, isso não é trabalho de um homem, nem de dois, nem de três homens, é trabalho de todos nós.

O seminário de quadros do partido foi uma ocasião para Cabral fazer aquilo que se diz que “roupa suja se lava em casa”, ou seja, serviu para fazer valer um dos princípios do PAIGC que é crítica e autocrítica. Um momento de reflexão dos dirigentes, combatentes e

²⁶ (1971), "PAIGC - Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de Agosto de 1971) - Abertura. Sobre a situação da luta.", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04341.002.004>. Acesso em: 20 out. 2022.

²⁷ (1969), "PAIGC - Situação actual da luta", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.001.007>. acesso 20 out. 2022.

²⁸ Quando Cabral se refere ao povo, embora o teatro da guerra centrou-se na Guiné-Bissau, ele se refere ao povo guineense e caboverdiano como um só.

²⁹ (1969), "PAIGC - Situação actual da luta", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.001.007>. acesso 20 out. 2022.

simples militantes do partido pensarem nos trabalhos que têm feito em prol do partido e do povo.

No seu longo discurso na abertura daquela reunião, Cabral fez críticas para dentro do partido para aqueles, segundo ele, que não compreendem os princípios do partido ou pensam em servir-se do partido em vez de engajarem com afinco para a materialização do sonho do povo guineense e caboverdiano que é libertar-se do jugo colonial português.

A essas pessoas, Cabral argumentava que têm somente duas opções: ou mudarem a postura que tem tido com relação ao partido e a luta e melhorarem os seus compromissos de servir o partido e ao povo, ou abandonarem o partido e juntarem-se aos colonialistas, ainda que a história os julgaria (PAIGC, 1969).

Para Cabral, a luta que o PAIGC estava desencadeando contra o regime colonial era uma luta séria, e precisa de gente séria e comprometida com os ideais do partido. Portanto, o partido deveria centrar-se em duas etapas:

uma, contra as classes dirigentes capitalistas de Portugal e o imperialismo, que querem dominar a nossa terra económica e politicamente; outra contra todas as forças, dentro da nossa terra, forças materiais ou ideias que possam levantar-se contra o progresso do nosso povo no caminho da liberdade, da independência e da justiça. E, para isso, é necessário luta corajosa contra os criminosos colonialistas portugueses e vigilância rigorosa contra os agentes imperialistas (CABRAL, 1969, p. 124).

Este discurso do líder e arquiteto da independência de Guiné e Cabo Verde é, para dentro e para fora do partido. Fora porque, havia outras forças com ideias opostas à do PAIGC, que era a de não fazer a guerra contra o regime colonial, mas sim negociar a independência. Ora, para Cabral e o PAIGC, não é possível negociar com o inimigo que está com armas nas mãos e por isso em vantagem. Portanto, Cabral via os defensores da negociação da independência como agentes neocoloniais que queriam assumir o protagonismo sem fazerem uma luta verdadeira para defender o povo guineense e caboverdiano. Por outro lado, havia dentro do partido, no entender de Cabral, pessoas que também fizeram “figura de corpo presente”, mas que não estavam dispostos a sacrificar-se para a luta. No entanto, espreitariam que quando a luta triunfasse, para serem dirigente do país ocupando cargos privilegiados (PAIGC, 1969).

4.2. O Prestígio da Luta e os Apoios Internacionais

Amílcar Cabral considerava que o PAIGC tinha um grande prestígio a nível internacional de forma que recebia apoios de outros países para o desenvolvimento da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde, ao mesmo tempo que ele, Cabral continuava a denunciar o regime colonial português. Destacamos mais à frente algumas ações de Cabral nessas denúncias contra o regime colonial que envolve também a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) um órgão criado junto com outros movimentos de libertação das colônias portuguesas para enfrentar o colonialismo português.

Na sua intervenção na reunião do já citado CSL, que decorreu de 9 à 16 de novembro de 1971, Cabral falou do prestígio internacional de que goza o PAIGC e os seus militantes e dirigentes. Segundo ele, já naquela altura, tanto na África como no mundo, de forma geral e até mesmo para os inimigos do povo guineense e caboverdiano, o PAIGC, e seus dirigentes e militantes eram respeitados e admirados. E “muita gente tem prazer de conversar e fazer amizade com gentes do partido” (PAIGC, 1971).

É certo que os maiores apoiadores do PAIGC foram os países socialistas e muitos países africanos, havia também países ocidentais que simpatizavam com a luta do partido como é o caso da Suécia, um país que embora não doasse materiais bélicos para o PAIGC, ajudava o partido nos suprimentos básicos como roupas, materiais escolares, materiais médicos etc. destinados as populações das zonas sob controle do movimento (SELLSTRÖM, 2008). O que de certa forma ajudava o PAIGC na sustentação da sua base de apoio que é a população sob seu controle.

Mas, os apoios mais incisivos vieram dos países socialistas como foi mencionado acima. Países como a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), China, Cuba, ex-Checoslováquia etc. além de apoios financeiro e em materiais bélicos, auxiliavam o partido dando formação aos seus elementos em diferentes áreas desde a formação militar, acadêmica, etc. inclusive no terreno como é o caso da Cuba que enviava os seus quadros para dar formação no terreno aos guerrilheiros do PAIGC, como destacaremos a seguir.

A colaboração cubana na luta pela independência da Guiné e Cabo Verde foi fundamental, já que Cuba foi o único país em que os seus cidadãos estiveram diretamente envolvidos no teatro da linha de frente. Numa decisão do Secretário Geral do PAIGC datada de

8 de setembro de 1967³⁰, Cabral destacou a colaboração cubana como decisivo para a marcha da luta, realçando que isso é uma demonstração efetiva de espírito da solidariedade da revolução cubana (CABRAL, 1967).

Na mesma decisão do secretariado do PAIGC sobre o apoio cubano supra citada, estipulou-se que “depois de serem apresentados ao Secretário Geral do Partido, os companheiros cubanos seja qual for a sua especialidade, passam a ser considerados como militantes do PAIGC durante todo o tempo que durar a sua colaboração”.

Os cidadãos cubanos chegavam à Conakry, onde o PAIGC instalou seu Quartel General QG, eram apresentados ao Secretariado do partido, depois eram distribuídos pelas frentes de combate no Sul, Norte e Leste.

Figura 4 – Cabral, no meio ladeado por Oscar Oramas, embaixador de Cuba em Conakry a sua direita, e a esquerda Aristides Pereira número 2 na hierarquia do PAIGC, numa reunião com internacionalistas cubanos em Conakry.



Fonte: Casa Comum/Fundação Mário Soares.

O líder do PAIGC era próximo dos países socialistas e dos seus líderes, mas não descartava o apoio do lado Ocidental, aliás na visão de Cabral todo apoio que visava a

³⁰ (1967), "Decisão sobre a colaboração dos internacionalistas cubanos na luta de libertação da Guiné", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.144>. Acesso em 14 nov. 2022.

independência de Guiné e Cabo Verde eram bem vindo, não importando se provinha de países socialistas ou ocidentais (FONSECA & PIRES, 2018).

Falando disso aos quadros do partido em 1969, Cabral trazia o seguinte comentário sobre os países capitalistas e aliados de Portugal referindo que,

mesmo em relação aos países aliados de Portugal, o nosso partido tem sabido fazer resistência política. Nunca saímos pelo mundo fora com a mania de que estamos a combater contra todos os países capitalistas. Nunca fizemos isso, pois o nosso trabalho é combater o colonialismo português. Expressamos com clareza a nossa posição tanto aos americanos como aos alemães, ingleses e franceses, dizendo-lhes que não é contra [eles] que estamos a lutar, mas contra o colonialismo português (CABRAL, 1969, p. 164).

Amílcar Cabral era um estrategista que sabia colocar o interesse do PAIGC e da luta na arena internacional. Na nossa opinião ele não era um radical e sabia estar num mundo polarizado em guerra fria entre bloco capitalista e socialista. Se é certo que as posições de Cabral muitas vezes se aproximam dos países socialistas, ele tem sabido gerir o assunto da melhor forma, e a citação acima é o indicativo disso.

Cabral fazia questão de realçar que a luta que o PAIGC estava travando, não era uma luta contra o povo português, e chamava atenção aos militantes do partido para não confundirem as coisas, “nós não lutamos contra o povo português, nem contra os portugueses, lutamos contra o colonialismo português, contra os colonialistas portugueses” (PAIGC, 1969).

Para Cabral, mesmo os cidadãos portugueses que queiram continuar a viver na Guiné ou em Cabo Verde, podem viver desde que seja os filhos destas terras a governarem. Neste sentido, Cabral afirma, “queremos construir uma terra onde todo o homem de qualquer parte do mundo, desde que respeite o direito do nosso povo de mandar em si mesmo, pode trabalhar e viver como deve ser” (PAIGC, 1969).

4.3 Cabral e o envolvimento dos outros movimentos de libertação das colônias portuguesas

Sendo maior impulsionador da diplomacia do PAIGC, Cabral sempre fazia denúncias do regime colonial português. Aliás, ainda antes de começar a ação armada na Guiné [Bissau], Cabral foi o escolhido pelos seus pares dos movimentos independentistas dos territórios ocupados por Portugal em África, para fazer as denúncias ao regime colonial português, tendo dado a primeira conferência de imprensa em fevereiro de 1960, em Londres sob o codinome Abel Djassi (CABRAL, 1969).

A denúncia sobre o regime colonial português que Cabral fez nessa conferência de imprensa em Londres, teve repercussão na imprensa internacional e serviu, na opinião de Borges (2008, p. 111), “para alertar a opinião pública sobre a realidade dos territórios africanos colonizados por Portugal, mas serviu também para denunciar o sistema governamental português e o baixo nível de vida da população”.

Cabral era defensor de uma união de forças entre os movimentos que lutavam para a independência dos territórios africanos ocupados pelo colonialismo português, porque isso na visão de Cabral obrigaria o regime colonial a dispersar as suas forças para combater em várias frentes, o que enfraqueceria as forças portuguesas razão pela qual criaram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas CONCP.

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), foi uma frente comum criada pelos diferentes movimentos de libertação das colônias portuguesas a 20 de abril de 1961, em Rabat, Marrocos. Tomaram parte na fundação da CONCP as seguintes organizações: Comité de libertação de São Tomé e Príncipe CLSTP; Liga de Goa; Conselho de Libertação de Goa; Partido de Povo de Goa; Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde MLGCV; Movimento Popular para a Libertação de Angola MPLA; National Congress; Partido Africano da Independência³¹ PAI; União Democrática de Moçambique UDENAMO; e União Nacional para Libertação Total de Angola UNITA³².

Esta organização de coordenação das forças contra a colonização portuguesa estabelece como um dos seus objetivos: lutar para a realização imediata do direito à autodeterminação e a independência dos povos das colônias portuguesas; promover a unidade de ação dos movimentos de libertação nacional das colônias portuguesas, com o fim de dispersar as forças opressivas e agressivas do colonialismo português e de acelerar o processo de libertação das ditas colônias; fazer propaganda para obter apoio da opinião pública mundial a favor do povo das colônias portuguesas (ESTATUTO, CONCP).

No seu discurso perante os quadros do partido em Conakry, Cabral explicou o engajamento do PAIGC na criação e funcionamento da CONCP. Segundo ele, e aliás como estabelecido no estatuto da CONCP, o partido se empenhou nesta organização junto com outros movimentos de libertação porque desta forma, as forças coloniais portuguesas estariam

³¹ Partido Africano da Independência PAI, depois mudado para Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde PAIGC.

³² Estatutos da CONCP", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04604.023.016#11>. Acesso em 17 nov. 2022.

dispersas ocupados na luta em outros territórios, o que enfraqueceria as forças do regime colonial. Isso é benéfico para o PAIGC e outros movimentos porque a realidade da Guiné e Cabo Verde embora particular, está dentro da realidade ainda maior que é de que é o mesmo país colonial que as dominam (CABRAL, 1969).

Na sua explicação, Cabral lembrou aos quadros e militantes do partido que ele mesmo teve influência na criação da Frente de Libertação de Moçambique, porque segundo ele, era preciso começar e depressa a luta em Moçambique. De recordar que a 4 de fevereiro de 1961, os angolanos começaram a luta armada contra o regime colonial e dois anos depois a 23 de janeiro de 1963 os guerrilheiros do PAIGC atacaram o aquartelamento de Tite, no Sul da Guiné, dando início assim, a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde conduzida pelo PAIGC. A luta de libertação em Moçambique veio a começar em 25 de setembro de 1964.

Cabral era escolhido muitas vezes para falar em nome das organizações que lutam pela independência nos territórios ocupados por Portugal, como a conferência de imprensa de Londres citado anteriormente. O mesmo aconteceu na primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e da América Latina conhecido como (Conferencia Tricontinental) de Havana, capital da Cuba, que decorreu em janeiro de 1966, onde Cabral fez um discurso em nome do povo e das organizações nacionalistas das colônias portuguesas.

No seu discurso nessa ocasião³³, Cabral apontava duas razões para a presença destas organizações que lutam pela independência nos territórios ocupados pelo Portugal: primeiro, porque estas organizações queriam ser parte ativa numa altura crucial na história da humanidade – lutas pelas independências, - segundo, porque era o dever moral destas organizações, levar ao povo cubano que comemorava o sétimo aniversário da Revolução cubana, a solidariedade fraternal e combativa (PAIGC, 1966).

O mesmo aconteceu quando os líderes dos movimentos independentistas de Angola, Guiné/Cabo Verde e Moçambique foram recebidos pelo Papa Paulo VI no Vaticano, onde Cabral mais uma vez falou em nome dessas organizações.

A investida diplomática de Cabral nas suas denúncias ao regime colonial português, encontrou amparo no direito internacional, e foi desenvolvida em três campos de trabalho: o primeiro campo estava voltado para quatro grupos chave: a opinião pública internacional, os

³³ (1966), "PAIGC - Tricontinental - Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.006>. Acesso 26 out. 2022.

países africanos independentes, a ONU e a Igreja Católica; o segundo campo de trabalho são as denúncias do sistema colonial tanto para o colonizado assim como para o colonizador, mensagem voltado para os funcionários coloniais, comerciantes e militares afetos ao regime colonial, que, de uma forma ou outra os seus serviços ajudam na manutenção do regime colonial; e o terceiro campo é a tentativa de negociar através de um memorando enviado ao governo português, a independência de forma pacífica, que fora rejeitado pelo regime colonial (BORGES, 2008).

Cabral era muito atuante tanto a nível internacional, buscando apoios e alianças para enfrentar o regime colonial português, para isso viajava muito para entabular contatos tanto no âmbito da CONCP como no âmbito buscar apoios para o PAIGC, ou seja, diria que Cabral foi um articulador tanto interno como externo a favor da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

5 CONCLUSÃO

A Guiné-Bissau e Cabo Verde são dois países com ligações históricas, ligação essa impulsionada pela colonização, mas antes, pela exploração escravocrata que Portugal fez com estes dois países. Portugal arrancava escravos na Guiné e passava pelo Cabo Verde, para serem vendidos das américas e nesta encruzilhada alguns escravos eram deixados em Cabo Verde que em consequência disso fizeram parte da formação da população de Cabo Verde, ou seja, uma ligação de sangue como mencionamos neste trabalho. A ligação dos dois países se seguiu em termos administrativos com a Guiné-Bissau sendo administrada pelo Cabo Verde até segunda metade do século XIX (1879), quando Portugal como país colonizador decidiu separar em termos administrativo a Guiné-Bissau de Cabo Verde. Contudo havia na Guiné-Bissau cidadãos caboverdianos ocupando cargos na administração colonial portuguesa e outros atuando em outras áreas como comerciantes, professores etc. nos anos cinquenta do século passado, guineenses e caboverdianos criaram um instrumento de luta binacional, (PAIGC), para se libertarem das amarras do colonialismo português através de uma luta armada.

Obviamente, como em qualquer organização pode existir tensões entre os seus integrantes. Durante a luta pela independência houve certas tensões entre guineenses e caboverdianos, que na nossa opinião e, como demonstrado no capítulo dois, o colonialismo português teve a sua contribuição pela forma como dominou e explorou os dois então territórios (Guiné-Bissau e Cabo Verde). O regime colonial empregou muitos caboverdianos na Guiné-Bissau o que fez com que muitas vezes os caboverdianos eram vistos como agentes coloniais na Guiné-Bissau. Essa situação teve o seu reflexo na luta, aliás, o fato de Cabral ter tido certas dificuldades no começo da luta para unir guineenses e caboverdianos para lutarem por uma causa comum – independência e até o próprio Cabral ser acusado de ser agente colonial – mostra a situação que o regime colonial criou nestes dois ex-colônias.

Embora seja possível que cada povo (guineense e caboverdiano) lutasse pela sua independência, Cabral sabia que uma luta só de guineenses e ou de caboverdianos teria muito mais dificuldades de enfrentar o regime colonial português dadas as repressões e intransigências de Portugal para com suas colônias, por isso havia toda e necessidade de fazer uma luta conjunta. Mas Cabral também tinha a consciência de que a luta de guineenses e caboverdianos pela independência sem que outros territórios colonizados por Portugal, sobretudo os territórios africanos lutassem pelas suas independências seria muito difícil acabar com o colonialismo português em África e particularmente na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por isso, Cabral

envolveu junto com outros movimentos de libertação de outros territórios colonizados pelo Portugal para não só denunciar o colonialismo português, como para criar a CONCP como meio de pressionar o regime colonial e coordenar as lutas dos movimentos de libertação das colônias portuguesas.

Outro aspecto que importa realçar é os apoios internacionais que Cabral conseguiu atrair para a luta do PAIGC, apoios vindos nomeadamente de países socialistas, de países africanos e até de países ocidentais como o caso da Suécia. Cabral se mostrava aberto a receber todos os apoios independentemente da ideologia de país que o oferece e esta talvez seja uma das melhores estratégias de Cabral, porque o que importava é independência da Guiné e Cabo Verde, e não a ideologia de país que oferecia o seu apoio a causa independentista.

Por serem territórios minúsculos um tanto quanto próximos em termos geográficos e com poucos recursos, ligados por laços de sangue devido a escravidão como mencionado anteriormente e por ligação de “umbigo e sangue” que o “arquiteto mor” da independência Amílcar Cabral tem com os dois países. Cabral, nascido na Guiné, de pais caboverdianos e criado em Cabo Verde, trabalhou na Guiné como funcionário da administração colonial conhecedor do sofrimento a que ambos os povos estavam sujeitos pelo regime colonial português, julgamos que Cabral podia lutar pela independência de um dos territórios, contudo, julgamos que ele sentiria que lhe faltou algo se lutasse apenas para a independência de um dos territórios e deixasse outro de fora dada a ligação dele com os dois territórios. Aliás, talvez seja por isso que Cabral lutou com todas as “garras” para união acirrada dos dois povos para combater o mesmo mal que lhes assolava (o colonialismo português) e não tolerava qualquer tentativa de divisão no seio de guineenses e caboverdianos como anotamos neste trabalho.

A ligação da Guiné e Cabo Verde é histórica, potencializada por um terceiro (a escravidão e a colonização portuguesa), e é um acontecimento secular marcado por episódios ao longo dos tempos numa relação triangular: Guiné, Cabo Verde e Portugal. Julgamos que são imensas as matérias que podem ser pesquisadas e aprofundadas em termos académicos no que diz respeito aquilo que chamamos aqui de (relações triangulares), uma vez que, na nossa visão, não se pode falar da ligação histórica entre Guiné e Cabo Verde deixando de lado ou não se referir a um terceiro elemento (Portugal) que por razões históricas provocou a tal ligação dos dois países.

Neste trabalho, falou-se da unidade de Guiné e Cabo Verde potencializada pela figura de Amílcar Cabral para uma luta armada conjunta dos dois povos visando a independência nacional demarcando o ano 1959 a 1975 como recorte temporal. 1959 por ser o ano de um dos acontecimentos que precipitaram a luta para a independência (massacre ocorrido em 3 de agosto de 1959, nos cais de porto de pindjiquiti em Bissau); e 1975, por ser o ano da independência de Cabo Verde ocorrido a 5 de julho dois anos depois que a Guiné ter proclamado sua independência de forma unilateral, culminando assim com a independência total dos dois territórios como era o sonho de Amílcar Cabral que não assistiu em vida os dois acontecimentos para a qual tanto se empenhou.

REFERÊNCIAS

- ABADIA, Mendes Danúbia. **As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974)**. 2018. 159f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Go. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9991/5/Tese%20-%20Dan%C3%ABia%20Mendes%20Abadia%20-%202018.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- BORGES, Sónia Vaz. **Amílcar Cabral: estratégias políticas e culturais para independência da Guiné e Cabo Verde**. 2008. 168f. Dissertação (Mestrado em História de África) – Faculdade de Letras, Departamento de História. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2008. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/411/3/17664_Tese.pdf? Acesso em: 17 set. 2022.
- CABRAL, Amílcar. Decisão sobre a colaboração dos internacionais cubanos na luta de libertação da Guiné. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.144#!1>. Acesso em: 26 out. 2022.
- CABRAL, Amílcar. **Pensar para melhor agir: as intervenções de Amílcar Cabral no Seminário de Quadros do PAIGC de 19 a 24 de novembro de 1969**. Fundação Amílcar Cabral, 2014.
- CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. 2014. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual de São Paulo. Araraquara, SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122090/000816228.pdf?sequence=1>. Acesso em 27 jul. 2022.
- CHARLES, José Arlindo; SÁ, Lucilene A. C. M. de. Cartografia Histórica da África - Mapa cor de Rosa. *In.*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, Paraty, 2011.
- CONCP. Casablanca, 1961. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.009.001#!1>. Acesso: em out. 2022.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto** 3. Ed. – Porto Alegre. Artmed, 2010.
- DIAS, Luciana Bastos. **AMÍLCAR CABRAL E O MARXISMO: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-1973)**. 2020. 170f. Dissertação (Mestrado em História de África) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/43529/1/ulfl_tm.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.
- ESTATUTO da CONCP. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04604.023.016#!1>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné – Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. 2007 138 f. Dissertação (mestrado em Estudos Africanos) – Centro de Estudos

Africanos, Universidade do Porto Faculdade de Letras, Porto, Pt. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/breno/Desktop/TCC%20Antrop/UNIDADE%20E%20SEPARA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FONSECA, Luís; PIRES, Olívio. (Org.). **Aluta criou raízes**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2018.

FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E. **Sistema Políticos Africanos**. Trad. Teresa Brandão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida**. 2009. 197f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10122009-104800/publico/PAULO_FERNANDO_CMPBELL_FRANCO.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português** o lado esquecido do colonialismo. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

MACAGNO, Lorenzo. **A invenção do assimilado: paradoxo do colonialismo Moçambique**. Lisboa: Edições Colibri; Biblioteca Nacional de Portugal, 2019.

MADEIRA, João Paulo Carvalho e Branco. **Nação e Identidade: A singularidade de Cabo Verde**. 2015. 241f. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política. Lisboa, 2015.

PAIGC - Evolução da luta. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.001.008>. Acesso em 16 nov. 2022.

PAIGC – Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de agosto de 1971) – sobre a situação da luta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04341.002.004> Acesso em: 24 out. 2022.

PAIGC – Saudação do camarada Amílcar Cabral. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.001.001>. Acessado em 14 nov. 2022.

PAIGC – Seminário de Quadros – Alguns Princípios do Partido – Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.007>. Acesso em 14 de nov. 2022.

PAIGC - Seminário de Quadros – Princípios do Partido – Nem toda gente é do Partido; Democracia revolucionária; ser fiel aos princípios. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.009>. Acesso em 14 nov. 2022.

PAIGC – Situação actual da luta. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.001.007>. Acesso em: 24 out. 2022.

PAIGC – Tricontinental – Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com estrutura social. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.006>. Acesso em: 26 out. 2022.

RADCLIFFE-BROWN, Preface. In: FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E (ed.). **African Political Systems**. Oxford: Oxford Un. Press, 1940. Mensagem recebido: EVANS-

PRITCHARD, E & FORTES, Meyer. Sistemas Políticos Africanos (1).pdf - Google Drive, 16 out. 2022. Mensagem eletrônica.

SELLSTRÖM, Tor. **A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.** Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 2008.

SILVA, António Duarte. **O Império e a Constituição Colonial portuguesa (1914-1974).** Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2019.